

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE DE DIREITO

A RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL PELO ABANDONO AFETIVO PARENTAL

MARIA HELENA COSTA PASSOS

Rio de Janeiro

2020 / 2º

MARIA HELENA COSTA PASSOS

A RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL PELO ABANDONO AFETIVO PARENTAL

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação do **Professor Ms. Igor Alves Pinto.**

Rio de Janeiro
2020 / 2º

CIP - Catalogação na Publicação

CC837r Costa Passos, Maria Helena
A Responsabilização Civil pelo Abandono Afetivo
Parental / Maria Helena Costa Passos. -- Rio de
Janeiro, 2020.
76 f.

Orientador: Igor Alves Pinto.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
Nacional de Direito, Bacharel em Direito, 2020.

1. Direito de família. 2. Responsabilidade Civil.
3. Universidade Federal do Rio de Janeiro. I. Alves
Pinto, Igor, orient. II. Título.

MARIA HELENA COSTA PASSOS

A RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL PELO ABANDONO AFETIVO PARENTAL

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação do **Professor Ms. Igor Alves Pinto.**

Data da Aprovação: __/__/____.

Banca Examinadora:

Orientador

Membro da Banca

Membro da Banca

Rio de Janeiro
2020/2º

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à Deus por sua infinita bondade e generosidade presentes em cada capítulo da minha vida.

À minha mãe Bárbara e minha avó Maria Helena pela dedicação, cuidado e carinho durante todos esses anos, sem vocês nada disso seria possível, vocês são a minha definição do que é o amor. Sou eternamente grata por tê-las em minha vida;

À minha sempre tão presente e afetuosa família, agradeço a cada um por todo o amor, atenção e torcida que sempre me direcionaram. Concluir essa etapa não seria possível sem todo esse apoio. Amo vocês;

À minha tia Railda Rodrigues Alves, ou simplesmente, minha amada tia Dinha, neste trabalho que tanto abordei acerca da afetividade, do cuidado e da solidariedade, não poderia deixar de agradecer e citar aquela que, para mim, é o sinônimo de todos esses sentimentos. Obrigada por todo o amor e carinho que a senhora me deu durante toda a minha vida;

Aos meus amigos de infância, do técnico e de todas as fases da minha vida, agradeço por toda a parceria e cumplicidade que sempre estiveram presentes ao longo dos anos, é muito bom poder compartilhar da vida com cada um de vocês;

Ao meu grande amigo Igor Aguiar pelo ombro amigo sempre presente, pelas nossas risadas, por ser meu incentivador e compreender minhas ausências. Obrigada por ser quem você é em minha vida;

Ao meu orientador Igor Alves Pinto, agradeço por toda orientação, paciência e atenção durante o processo de elaboração deste trabalho;

Aos amigos da Nacional, por terem compartilhado dos últimos 5 anos comigo, os tornando mais divertidos, leves e memoráveis. Vocês são muito especiais;

Ao meu namorado Maycom Dantas da Silva, obrigada por todo o amor e incentivo durante todos esses anos, especialmente, nos últimos dois anos. Você tem uma importância ímpar nessa conquista e em minha vida;

À Natália Herbach Roussenq, por toda amizade e cumplicidade que construímos ao longo desses anos. Sem dúvidas, essa jornada não teria sido tão especial sem ter você para compartilhar de todos os momentos;

Por fim, agradeço a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para que eu pudesse chegar até aqui. Obrigada!

RESUMO

O presente trabalho discutirá sobre a possibilidade da responsabilização civil pelo abandono afetivo parental, situação ainda muito presente dentro das famílias brasileiras. Inicialmente, será realizada uma breve análise de qual tratamento a ordem constitucional vigente tem conferido as entidades familiares. Posteriormente, aborda-se acerca de recentes projetos de lei que visam disciplinar o Direito de Família. Após isso, é importante tecer breves considerações sobre o instituto da Responsabilidade Civil para poder entender a possibilidade de sua aplicação no Direito de Família. Por fim, buscando concluir se o abandono afetivo parental pode ser caracterizado como dano moral que enseja de reparação civil, faz-se necessário uma análise sobre o tema tanto pela perspectiva doutrinária quanto pela jurisprudencial.

Palavras-chave: Direito de Família; Responsabilidade Civil; Abandono afetivo parental; Dano Moral.

ABSTRACT

This paper will discuss the possibility of civil liability for emotional parental abandonment, a situation that is still very present within Brazilian families. Initially, a brief analysis will be carried out of what treatment the current constitutional order has conferred on family entities. Subsequently, it discusses recent bills that aim to discipline family law. After that, it is necessary to make brief considerations about the civil liability institute in order to understand the possibility of its application in family law. Finally, seeking to conclude whether emotional parental abandonment can be characterized as moral damage that leads to civil reparation, it is necessary to analyze the topic from both a doctrinal and jurisprudential perspective.

Keywords: Family law; Civil responsibility; Parental affective abandonment; Moral damage.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 FAMÍLIA À LUZ DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.....	12
1.1 Família sob a égide da Constituição de 1988.....	13
1.2 Constitucionalização do Direito Civil.....	15
1.2.1 Princípio da dignidade da pessoa humana.....	16
1.2.2 Princípio da proteção integral à criança e ao adolescente.....	18
1.2.3 Princípio da solidariedade familiar.....	19
1.2.4 Princípio da afetividade.....	21
1.2.5 Princípio da paternidade responsável.....	23
1.3 Poder familiar.....	26
1.4 Abandono afetivo parental.....	28
2 PANORAMA LEGISLATIVO SOBRE O TEMA.....	32
2.1 Projeto de Lei nº 6583/2013: O Estatuto da Família.....	32
2.2 Projeto de Lei do Senado nº 470/2013: O Estatuto das Famílias.....	33
2.3 Projeto de Lei 3.369/2015: Estatuto das Famílias do Século XXI.....	35
2.4 Apontamos sobre o PL nº 700/2007 e nº 4294/2008.....	36
3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O INSTITUTO DA RESPONSABILIDADE CIVIL	39
3.1 Delimitação Conceitual.....	39
3.1.1 Responsabilidade Contratual e Extracontratual.....	40
3.1.2 Responsabilidade Civil Subjetiva e Objetiva.....	41
3.1.3 Responsabilidade Civil Direta e Indireta.....	42
3.2 Elementos da Responsabilidade Civil.....	42
3.2.1 Da conduta.....	43
3.2.2 Da culpa.....	44
3.2.3 Do nexo de causalidade.....	45
3.2.4 Do dano.....	45
3.2.4.1 Dano moral.....	46
3.3 Responsabilidade Civil no Direito de Família.....	48
4 A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS GENITORES PELO ABANDONO AFETIVO	51
4.1 Análise doutrinária acerca do tema.....	53
4.2 A relação entre a Responsabilidade Civil e o Direito de Família: Uma análise a partir de casos jurisprudenciais.....	58
CONCLUSÃO.....	67
REFERÊNCIAS.....	71

INTRODUÇÃO

A – Contexto do objeto – O que é o que vou estudar?

O cabimento de indenização por danos morais em face do abandono afetivo parental é objeto de muitas discussões dentro do ordenamento jurídico e na doutrina. Basicamente, existem duas correntes doutrinárias antagônicas sobre ele.

Uma corrente entende que o abandono afetivo se traduz como a violação ao dever de cuidado, que encontra expressa previsão constitucional, portanto, constitui a prática de um ato ilícito e por isso justifica o cabimento da indenização por danos morais.

Enquanto que a outra que é contrária a este entendimento, defende que não há ilicitude no abandono afetivo parental, uma vez que não se pode obrigar uma pessoa amar a outra, mesmo que seja dentro de uma relação paterno-filial, o afeto não pode ser objeto de demanda judicial, portanto, não há o que se falar de incidência da Responsabilidade Civil nesses casos.

Diante dessas controvérsias, cheguei ao seguinte questionamento que será objeto de estudo e discussão do presente trabalho: O instituto da Responsabilidade Civil se aplica ao abandono afetivo parental?

B – Problemática – O que eu vou estudar?

Esta pesquisa é uma análise sobre a possibilidade de o instituto da Responsabilidade Civil incidir no Direito de Família, especificamente, no abandono afetivo praticado pelo genitor em detrimento de sua prole. Dessa forma, eu pretendo estudar se o abandono afetivo parental é fato ensejador de reparação civil e de qual forma ela ocorreria e para tanto, estudarei qual papel que a família exerce na atualidade, quais mudanças a Constituição de 1988 ocasionou nesta instituição, como a Responsabilidade Civil pode se relacionar com o abandono afetivo proveniente do genitor e para estudar essa possível relação, se faz necessário abordar como a doutrina e a jurisprudência tem tratado o tema.

C – Justificativa – Por que é importante estudar o que eu vou estudar?

A importância do presente tema está relacionada a controvérsia que ele desperta tanto na doutrina quanto na jurisprudência e que, por si só é uma questão de extrema complexidade e importância dentro do Direito de Família.

Uma vez que envolve a lesão de direitos tutelados tanto no diploma constitucional quanto no infraconstitucional e ademais, por ser uma prática que ainda pode ser observada na realidade de inúmeras famílias brasileiras.

Portanto, se faz cada vez mais necessária a existência de estudos acerca das controvérsias inerentes a este assunto para que esta negligência possa ser, efetivamente, combatida.

D – Objetivos – Qual a finalidade de estudar o que eu vou estudar?

A finalidade central do trabalho é poder concluir se o abandono afetivo parental constitui, ou não, em uma conduta ilícita que produz um dano moral, visto que há lesão de direitos extrapatrimoniais, e se carece ou não de reparação civil.

E – Metodologia – Como fiz para estudar isso?

A metodologia utilizada para elaboração deste trabalho foi a realização de um estudo descritivo do problema e, para tanto, eu utilizei uma abordagem qualitativa, empregando os procedimentos de revisão bibliográfica e pesquisa documental através da jurisprudência e da doutrina especializada.

F – Como eu organizei o texto pra apresentar os resultados da minha pesquisa?

Para o estudo acerca da responsabilização civil pelo abandono afetivo parental, estruturei o presente trabalho em 4 capítulos.

No primeiro capítulo analisarei quais mudanças a vigência da nova ordem constitucional trouxe para as entidades familiares e para isso, em primeiro plano, é necessário estudar como a instituição familiar encontra-se disciplinada pela Constituição Federal de 1988, e por conseguinte, como isso influenciou na sua previsão pelo diploma civil, especialmente, como ocorreu a mudança da nomenclatura do poder pátrio que, atualmente, é poder familiar.

Ainda dentro deste capítulo, é importante analisar como os princípios constitucionais passaram a impactar no núcleo familiar, principalmente, o princípio da dignidade da pessoa humana positivado como fundamento da nossa República e o princípio da afetividade, invocado por juristas e doutrinadores como um dos argumentos favoráveis a reparação civil pelo abandono afetivo parental.

No segundo capítulo, eu estudarei o tema proposto a partir de uma análise de projetos de lei que versam sobre o Direito de Família e são eles: PL 4294/2008, PLS 700/200, PL nº 6583/2013, PLS 470/2013 e PL nº 3.369/2015.

A função do terceiro capítulo é de trazer noções gerais sobre o instituto da Responsabilidade Civil. E para a construção do tema é de suma importância que haja uma compreensão do que é este instituto e para isso eu o analisei através de 5 vieses: a sua conceituação legal e doutrinária, análise dos seus elementos caracterizadores e de quais formas ele é classificado pela doutrina.

Por fim, o quarto capítulo, se ocupa de evidenciar como a doutrina tem se dividido no que tange a possibilidade de aplicação do instituto da Responsabilidade Civil no abandono afetivo e, para isso, foi importante estudar tanto a corrente favorável quanto a desfavorável, analisando seus argumentos e desdobramentos.

Após isso, o estudo passou para seara jurisprudencial, examinei as últimas decisões judiciais que tiveram a indenização por abandono afetivo parental como pedido, para assim poder vislumbrar como os tribunais, especialmente, os superiores, tem decidido sobre a complexa temática.

1 FAMÍLIA À LUZ DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

A Constituição Brasileira de 1988 realizou uma releitura dos institutos e conceitos pertencentes ao Direito Civil. No âmbito do Direito de Família, essas mudanças foram exprimidas através da alteração do caráter que a entidade familiar possuía no Código Civil de 1916, ela perde o seu caráter patrimonial e dessa forma, o indivíduo passa a ocupar um espaço de destaque e importância dentro do núcleo familiar, sendo reconhecido como um sujeito de direitos que devem ser respeitados, precipuamente, a dignidade da pessoa humana, um dos fundamentos da República.

Assim sendo, a família passa a ser considerada como sendo a base da sociedade e, portanto, dispondo de proteção especial estatal, sendo considerada como o primeiro local que o indivíduo desenvolve a sua personalidade.

Ademais, o afeto passa a ocupar um importante espaço dentro do ordenamento jurídico, passando a ser reconhecido como valor jurídico e possuindo previsão constitucional nos artigos 226 §4º¹, 227, caput, § 5º c/c § 6º², que disciplinam, respectivamente, o reconhecimento da comunidade formada por qualquer um dos genitores com sua prole como sendo entidade familiar, o direito à convivência familiar como prioridade absoluta da criança e do adolescente, a adoção e a vedação acerca de qualquer tipo de prática discriminatória acerca dessa espécie de filiação e a igualdade absoluta de direitos entre os filhos.

¹ Art. 226/CF 88. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 20 jun. 2020.

² Art. 227 É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 5º A adoção será assistida pelo poder público, na forma da lei, que estabelecerá casos e condições de sua efetivação por parte de estrangeiros.

§ 6º Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 20 jun. 2020.

Assim sendo, a ordem constitucional vigente promoveu sensíveis transformações ao núcleo familiar, estabelecendo a igualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres, assim como entre os cônjuges na sociedade conjugal. E ademais, ampliou o conceito de entidade familiar, reconhecendo a existência da família não casamentária e do afeto como importante elemento constitutivo dos modelos de família atuais, como por exemplo, a monoparental.

1.1 Família sob a égide da Constituição de 1988

A Constituição Federal de 1988 representa um marco no tratamento que a legislação conferia a entidade familiar. Iniciando pelo seu artigo 226 que traz que a família constitui base da sociedade e sendo assim, goza de proteção especial do Estado. *In verbis*:

Art.226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§1º O casamento é civil e gratuita a celebração.

§2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

§3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

§5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

§6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio.

§7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

§8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.³

Além disso, o texto constitucional inova ao abordar as possibilidades de constituição de família, se antes a única forma era através do matrimônio, atualmente já não é mais assim, visto que o artigo 226, em seus § 3º e § 4, respectivamente, prevê a união estável como sendo entidade familiar, protegida pelo Estado, e também a existência da família monoparental que é constituída por qualquer dos pais com os seus descendentes,

³ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 20 jun. 2020.

A Lei Maior ainda estabelece a igualdade entre o homem e a mulher na sociedade conjugal (artigo 226, § 5º) e, confere o tratamento igualitário aos filhos, vedando qualquer ato discriminatório em relação a eles, independentemente de serem frutos de uma relação conjugal ou não.

Pode-se dizer que a Constituição de 1988 reconheceu três formas existentes de formação da entidade familiar, que são: através casamento civil ou religioso que tenha efeitos civis, também pode ser constituída pela união estável e a família formada por qualquer dos genitores com sua prole.

Na doutrina e na jurisprudência, em especial as do STF e STJ, têm predominado o entendimento que esse rol constitucional de famílias não é taxativo, mas sim exemplificativo. Desse modo, possibilita o reconhecimento de novas concepções de famílias, referendando o que está pressuposto na Constituição Federal de 1988, garantindo as famílias brasileiras seus direitos e deveres (TARTUCE, 2017).

Um exemplo disso, é o julgamento da ADPF 132 que pleiteava a equiparação da união homoafetiva como união estável para os servidores públicos estaduais e a ADI 4277 que pugnava pelo reconhecimento da união homoafetiva como entidade familiar. O julgamento em conjunto das duas ações teve o Ministro Ayres Britto como relator. Por unanimidade, o STF reconheceu a união homoafetiva como sendo entidade familiar.⁴

O ministro relator sustentou que o art. 226 da Constituição Federal ao conferir proteção especial estatal à família pela mesma ser base da sociedade, não fez distinção a sua forma de constituição e que a orientação sexual dos seus indivíduos não importa, uma vez que, em sua interpretação, a família é um fato espiritual e cultural e não, necessariamente, biológico.

⁴Texto completo do voto do Ministro Carlos Ayres Britto, no julgamento conjunto da ADPF 132 e ADI 4277 disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADI4277revisado.pdf>> Acesso em: 05 jun. 2020.

É necessário reconhecer que a família desempenha um papel de grande importância no processo de formação do indivíduo, visto que o mesmo estará interligado a esta instituição durante toda sua vida.

Para Rolf Madaleno⁵, a Constituição Federal de 1988 realizou a verdadeira revolução no Direito de Família brasileiro, a partir de três eixos, quais sejam, o da família plural, com várias formas de constituição (casamento, união estável e monoparentalidade familiar), a igualdade no enfoque jurídico da filiação e a consagração do princípio da igualdade entre homens e mulheres.

1.2 Constitucionalização do Direito Civil

Na linha do exposto por José de Oliveira Ascensão, os princípios são como “grandes orientações que se depreendem, não apenas do complexo legal, mas de toda a ordem jurídica”.

6

Após a promulgação da Carta de Política de 1988, houve o surgimento do reconhecimento da força normativa que os princípios constitucionais possuem. A importância destes é que eles exprimem na esfera jurídica os valores da sociedade e dessa forma, havendo a conversão destes valores em normas legais.

O advento da nova ordem constitucional é um marco que representa sensíveis mudanças a serem experimentadas pelo corpo social, como por exemplo o princípio da dignidade da pessoa humana que passa a ocupar um importante espaço dentro do ordenamento jurídico pátrio, constituindo como um fundamento do Estado Democrático de Direito e também como uma norte para as relações, uma vez que todas devem estar em consonância com o mencionado princípio.

⁵MADALENO, Rolf. **Curso de Direito de Família**. 1a Ed. Rio de Janeiro: Editora Forense. 2008.

⁶ASCENSÃO, José de Oliveira. **Introdução à ciência do Direito**. Rio de Janeiro: Renovar, 3ª Edição, 2005, p. 404

A Carta Magna encontra-se no topo do nosso ordenamento jurídico, todos os demais institutos (mesmo os relacionados ao direito privado) encontram-se vinculados a ela e desta forma, devem guardar compatibilidade com a mesma.

Os Princípios Constitucionais impactaram no Direito de Família, estabelecendo relações familiares com tratamento mais igualitário e em conformidade com a realidade social atual. O princípio da dignidade humana determinou a igualdade entre homens e mulheres, os reconhecendo como sujeitos de direitos, independentemente de seu sexo, consequentemente, os deveres da sociedade conjugal e do poder familiar devem ser exercidos de forma igualitária por ambos.

Os princípios do melhor interesse da criança e do adolescente e da convivência familiar asseguram prioridade no tratamento recebido pelo Estado, uma vez que os menores de idade são sujeitos em desenvolvimento e também, a importância de terem o saudável convívio dentro da entidade familiar. Para Paulo Lobo, a importância de atender a estes princípios se dá porque a convivência familiar pode ser interpretada como o espaço que as pessoas se sentem acolhidas e protegidas e em especial, as crianças, este princípio encontra-se, intimamente, ligado com o artigo 227⁷ da Constituição Federal que assegura como direito das crianças a convivência com cada um de seus genitores.

1.2.1 Princípio da dignidade da pessoa humana

Conforme dispõe o Artigo 1, III da Constituição Federal de 1988, a dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:
III- a dignidade da pessoa humana.⁸

⁷IBDEM

⁸BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 20 jun. 2020.

O mencionado princípio é base de todo nosso ordenamento jurídico, sendo observado tanto nas relações horizontais quanto nas verticais que precisam estar de acordo com o mesmo.

Ele não é apenas um limite para atuação estatal, também representa como um norte para as prestações positivas estatais, visto que o Estado além de possuir o dever de não praticar atos que atentem contra a dignidade humana, ele encontra-se em uma posição de garantidor, assim sendo, deve fornecer condições mínimas de existência para cada indivíduo.

O Direito de Família está, explicitamente, relacionado a este princípio, visto que o mesmo preceitua a importância do indivíduo dentro do núcleo familiar, dessa forma assegurando os seus direitos de personalidade. A Constituição de 1988, inclusive em seu artigo 226 que aborda sobre a família, prevê em seu parágrafo 7º que a família se encontra fundada no princípio da dignidade.

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas⁹.

Nesta perspectiva, temos que:

Princípio solar em nosso ordenamento, a sua definição é missão das mais árduas, muito embora arrisquemo-nos a dizer que a noção jurídica de dignidade traduz um valor fundamental de respeito à existência humana, segundo as suas possibilidades e expectativas, patrimoniais e afetivas, indispensáveis à sua realização pessoal e à busca da felicidade.¹⁰

⁹IBDEM

¹⁰GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. **Novo Curso de Direito Civil**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Saraiva. 2012.

1.2.2 Princípio da proteção integral à criança e ao adolescente

Este princípio surgiu em 1959, com a Declaração Universal dos Direitos da Criança que assegura a criança e ao adolescente como sendo sujeitos de direitos e que necessitam de proteção especial por conta da vulnerabilidade que possuem. Entretanto, antes da Doutrina da Proteção Integral, vigorava a Doutrina da Situação Irregular que tinha como destinatários apenas as crianças e adolescente pertencentes a uma hipótese de situação irregular, esta normativa os considerava não como sendo sujeitos de direito, mas como meros objetos a serem tutelados pelo Estado.

A adoção desta concepção pela legislação brasileira pode ser observada, por exemplo, no Código Mello Mattos de 1927 (Decreto 17.943-A) e no Código de Menores de 1979 (Lei 6.697/79). Inclusive, o uso do termo “menores” para se referir a crianças e adolescentes é associado a esta doutrina. A seguir o art. 1 do Código de Menores:

Art. 1º. O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste Código.¹¹

O destinatário das medidas protetivas era apenas o menor que estivesse em uma situação “irregular”, o texto normativo entendia que essa situação se caracterizava quando o menor era “abandonado” ou “delinquente”.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, que teve sua primeira publicação em 1990, veio para consolidar os direitos dos filhos de gozarem do amparo físico, emocional e material de seus pais. Assim sendo, é de responsabilidade do pai e da mãe, em igualdade de condições, o exercício do poder familiar, prestando aos seus filhos as condições necessárias, tanto na esfera

¹¹BRASIL. Código de Menores, Lei Federal 6.697, de 10 de outubro de 1979, dispõe sobre assistência, proteção e vigilância a menores. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm> Acesso: em 20 jun. 2020

patrimonial quanto na extrapatrimonial, para um desenvolvimento saudável e sempre apoiado no viés da dignidade humana. Conforme pode se extrair do artigo 22 do referido estatuto:

Art. 22: “Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais”.¹²

E ademais, o ECA reafirma em seu texto o princípio da proteção integral à criança e o adolescente, como pode-se depreender da leitura de seu art. 3º:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade¹³.

1.2.3 Princípio da solidariedade familiar

No Direito de Família o princípio da solidariedade tem grande relevância, visto que na relação entre seus membros deve-se guardar a obrigação de prestar mútua assistência, em especial, no que diz respeito aos filhos, cônjuges e companheiros. A solidariedade constitui um dos objetivos fundamentais da República, estando prevista no artigo 3º¹⁴ do texto constitucional.

Sendo a família a base da sociedade, nos termos do Artigo 226 da Constituição Federal de 1988, a solidariedade está inserida no núcleo familiar. Dessa forma é dever de seus membros prestarem auxílio mútuo, conforme pode se extrair do artigo 229 da Carta de Política de 1988:

¹² BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal 8.069/90, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, Brasília, Ministério da Justiça, 1995.

¹³IBDEM

¹⁴Art.3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - Construir uma sociedade livre, justa e solidária BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União:** Seção 1, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 20 jun. 2020.

Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade¹⁵.

O princípio da solidariedade familiar também possui respaldo no Código Civil, estando presente em diversos institutos, a título de exemplo: A Responsabilidade Civil dos pais em relação aos filhos (Arts. 932, I¹⁶ e 933¹⁷), no poder familiar (Art. 1630¹⁸), no dever de prestar alimentos, devido aos parentes, aos cônjuges ou companheiros que poderão pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação (art. 1.694¹⁹).

Como supracitado, o dever de prestar alimentos é uma materialização do princípio da solidariedade dentro da entidade familiar. Esta obrigação nasce quando algum familiar não tiver condições de se auto sustentar, dependendo então de ajuda, assim se houver a possibilidade de algum outro familiar de suprir essas necessidades, deverá fazer, baseando-se no binômio da necessidade e da possibilidade.

E este dever surge a partir da filiação ou do grau de parentesco. É direito dos filhos de receberem pensão alimentícia de seus pais, independente do convívio, e em relação a este ponto, é válido ressaltar que este direito não é extinto pelo alcance da maioridade (18 anos), o

¹⁵BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 20 jun. 2020.

¹⁶Art. 932. São também responsáveis pela reparação civil:

I - os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia; BRASIL. Lei nº 10.206, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**: Seção Brasília, DF, 11 jan. 2002. PL 634/1975. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 20 jun. 2020.

¹⁷Art. 933. As pessoas indicadas nos incisos I a V do artigo antecedente, ainda que não haja culpa de sua parte, responderão pelos atos praticados pelos terceiros ali referidos. BRASIL. Lei nº 10.206, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, 11 jan. 2002. PL 634/1975. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm> Acesso em: 20 jun. 2020.

¹⁸Art. 1.630. Os filhos estão sujeitos ao poder familiar, enquanto menores. BRASIL. Lei nº 10.206, de 10 de janeiro

de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, 11 jan. 2002. PL 634/1975. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm> Acesso em: 20 jun. 2020.

¹⁹Art. 1.694. Podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação. BRASIL. Lei nº 10.206, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, 11 jan. 2002. PL 634/1975.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm> Acesso em: 20 jun. 2020.

beneficiário possui o direito de continuar a receber alimentos até completar 24 anos de idade ou concluir o ensino superior.

1.2.4 Princípio da afetividade

O afeto e o amor não devem ser compreendidos como sinônimos, são diferentes. O afeto é disposição de alguém por alguma coisa, seja positiva ou negativa. Assim sendo, a disposição positiva pode ser vista como o amor, enquanto a disposição negativa do afeto pode ser interpretada como o ódio.

Segundo o autor Flávio Tartuce²⁰, o conceito de afeto não é, simplesmente, um sinônimo de amor, na verdade, é o elo de interação e ligação entre as pessoas, podendo assumir uma carga negativa ou uma carga positiva, a depender do caso.

O Direito não se debruça sobre o afeto, em seu aspecto subjetivo ou social. O que importa para a ciência jurídica, são as relações construídas por meio da afetividade, uma vez que constitui como finalidade deste ramo, ser um instrumento regulatório das relações sociais.

Assim sendo, essas relações afetivas passam a ser objeto do direito, visto que são formadas por condutas que precisam ser disciplinadas através das normas jurídicas e dessa forma, originando deveres jurídicos para os seus membros.

Em nosso ordenamento jurídico, algumas consequências podem ser observadas ao que tange a aplicação do princípio do afeto. A primeira que pode ser citada é o reconhecimento jurídico da união homoafetiva como sendo uma entidade familiar. Este marco se deu no julgamento em conjunto da ADI 4277 e na ADPF 132, de relatoria do Min. Ayres Britto. Restou entendido pelo STF que a união homoafetiva é entidade familiar e por isso, decorre dela todos os direitos e deveres inerentes à união estável constituída entre homem e mulher.

²⁰TARTUCE Flávio. **O princípio da afetividade no Direito de Família**. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/artigos/detalhe/859>> Acesso em 20 jun.2020.

Posteriormente, em 2012, o STJ admitiu a reparação civil pelo abandono afetivo, a relatora do recurso foi a Ministra Nancy Andrighi que destacou a ideia do cuidado como sendo um valor jurídico e por este motivo, é uma obrigação irrenunciável dos genitores a prestação de auxílio psicológico aos seus filhos, portanto, há um dever jurídico de convivência.

É válido destacar que essa foi uma decisão inovadora, porque no ano de 2006, o STJ ao enfrentar o mesmo tema, teve um posicionamento contrário, decidindo que o afeto não pode ser imposto judicialmente e assim, não haveria conduta ilícita do pai que abandona afetivamente o filho.

A recente decisão do STJ demonstra a evolução que o afeto teve dentro do ordenamento jurídico, passando a ser, implicitamente, reconhecido como um princípio dentro do seio familiar.

Por fim, pode-se trazer a parentalidade socioafetiva como também sendo consequência da aceitação da ideia de afetividade, este tipo de parentesco tem encontra previsão no Art. 1593 do Código Civil²¹.

A socioafetividade como espécie de filiação, é caracterizada pela presença do afeto, da convivência, da responsabilidade e das relações familiares duradoras, sendo um avanço para o ordenamento jurídico conforme pode-se depreender das decisões judiciais supracitadas.

Sobre o assunto, Maria Berenice Dias diz que:

A filiação socioafetiva corresponde à verdade aparente e decorre do direito à filiação. A necessidade de manter a estabilidade da família, que cumpre a sua função social, faz com que se atribua um papel secundário à verdade biológica. Revela a constância social da relação entre pais e filhos, caracterizando uma paternidade que existe não pelo simples fato biológico ou por força de presunção legal, mas em decorrência de uma convivência afetiva.²²

²¹Art. 1.593. O parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consanguinidade ou outra origem. BRASIL. Lei nº 10.206, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, 11 jan. 2002. PL 634/1975. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm> Acesso em: 20 jun. 2020.

²²DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**, 2010, p. 367.

Deste modo, constata-se que a afetividade é um princípio que tem proporcionado sensíveis mudanças ao Direito de Família.

Por oportuno, é necessário reafirmar a importância do advento da Constituição de 1988 nessa seara, visto que ela abarca, implicitamente, o princípio da afetividade em seu texto, precisamente, em seus arts. 226, § 4º, 227, caput, §§ 5º e 6º. No Código Civil também trata acerca da afetividade em alguns de seus dispositivos, a título de exemplo, pode-se citar: 1511²³, 1583, § 2º²⁴, 1584, § 5º²⁵, 1593²⁶, CC.

1.2.5 Princípio da paternidade responsável

Antes de abordar o que é o princípio da paternidade responsável, é necessário conceituar o que é a paternidade e filiação e, qual o tratamento a legislação e a doutrina tem conferido a estes institutos.

Durante a vigência do Código Civil de 1916, somente este diploma legal tratava em seu texto sobre as regras que disciplinavam a filiação. Era um texto, expressamente, discriminatório, criando uma distinção no tratamento conferido a “filiação legítima” e a “filiação ilegítima”.

²³Art. 1.511. O casamento estabelece comunhão plena de vida, com base na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges. BRASIL. Lei nº 10.206, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, 11 jan. 2002. PL 634/1975. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm> Acesso em: 20 jun. 2020.

²⁴Art. 1.583. A guarda será unilateral ou compartilhada.
§ 2 A guarda unilateral será atribuída ao genitor que revele melhores condições para exercê-la e, objetivamente, mais aptidão para propiciar aos filhos os seguintes fatores: BRASIL. Lei nº 10.206, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, 11 jan. 2002. PL 634/1975. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm> Acesso em: 20 jun. 2020.

²⁵Art. 1.584. A guarda, unilateral ou compartilhada, poderá ser:
§ 5 o Se o juiz verificar que o filho não deve permanecer sob a guarda do pai ou da mãe, deferirá a guarda à pessoa que revele compatibilidade com a natureza da medida, considerados, de preferência, o grau de parentesco e as relações de afinidade e afetividade. BRASIL. Lei nº 10.206, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, 11 jan. 2002. PL 634/1975. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm> Acesso em: 20 jun. 2020.

²⁶Art. 1.593. O parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consanguinidade ou outra origem. BRASIL. Lei nº 10.206, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, 11 jan. 2002. PL 634/1975. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm> Acesso em: 20 jun. 2020.

O filho legítimo era aquele concebido dentro de um matrimônio, e como dito, somente era considerada como família a entidade criada a partir do casamento. Enquanto que o filho ilegítimo era aquele fruto de uma relação não conjugal. O filho concebido antes do casamento, era considerado como ilegítimo até a prática dos atos solenes do matrimônio.

Porém, este cenário foi alterado com a promulgação da Constituição de 1988. Em seu § 6º do art. 227, ela veda, expressamente, a discriminação entre filhos, estabelecendo uma condição da igualdade jurídica entre eles.

O Direito de Família, atualmente, reconhece 3 classificações de filiação: A filiação biológica, formada através dos laços consanguíneos; a filiação por vínculo civil, obtida através da adoção e, também, a filiação socioafetiva, que se caracteriza pela afetividade, pela convivência.

Cumprindo, ainda, salientar, que o direito de filiação está intimamente ligado ao princípio da paternidade responsável que será tratado a seguir.

Como visto, a filiação pode ter origem biológica ou não biológica e, conseqüentemente, a paternidade também, podendo também ser biológica, civil ou socioafetiva, termos já explicados no breve estudo acerca da filiação. Cumpre destacar que hoje não é reconhecida nenhum tipo de hierarquia entre elas, o Instituto Brasileiro de Direito de Família - IBDFAM defende o reconhecimento jurídico das paternidades, socioafetiva e biológica, em igualdade material, sem que subsista algum tipo de preferência.

O STF, ao realizar o julgamento do Recurso Extraordinário 898.060 e análise da Repercussão Geral 622, aprovou a tese da multiparentalidade afirmando que "a paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante, baseada na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios".

Paulo Lôbo ao conceituar a paternidade, define que:

Envolve a constituição de valores e da singularidade da pessoa e de sua dignidade humana, adquiridos principalmente na convivência familiar durante a infância e a adolescência. A paternidade é múnus, direito-dever, construída na relação afetiva que assume os deveres de realização dos direitos fundamentais da pessoa em formação ‘à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar’ (art. 227 da Constituição). É pai quem assumiu esses deveres, ainda que não seja o genitor.²⁷

Neste sentido, o princípio da paternidade responsável surge para organizar e estruturar a relação entre pai e filho, com a finalidade de assegurar que este tenha os seus direitos fundamentais resguardados e cumpridos. Ele está previsto na Constituição em seu art. 226, § 7, *in verbis*:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.
§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.²⁸

Da leitura dos artigos. 3º e 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente e do inciso V do art. 1.566 do Código Civil que também tratam deste princípio, pode-se depreender que a paternidade responsável consiste na obrigação que os genitores possuem de garantir a assistência material, intelectual, moral e afetiva aos seus filhos. Os deveres paternos também estão dispostos no artigo 1.634 do Código Civil que disciplina sobre as obrigações decorrentes do exercício do poder familiar.

Sobre estas obrigações, Maria Berenice Dias entende que:

Nesse extenso rol não consta o que talvez seja o mais importante dever dos pais com relação aos filhos: o dever de lhes dar amor, afeto e carinho. **A missão constitucional dos pais, pautada nos deveres de assistir, criar e educar os filhos menores, não se limita a encargos de natureza patrimonial.** A essência existencial do poder familiar é a mais importante, que coloca em relevo a afetividade responsável que liga pais a filhos, propiciada pelo encontro, pelo desvelo, enfim, pela convivência familiar. Daí

²⁷LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Paternidade Socioafetiva e o Retrocesso da Súmula Nº 301/STJ**. In: Família e Dignidade Humana. Anais do V Congresso Brasileiro de Direito de Família, IBDFAM, 2005, Belo Horizonte/MG. São Paulo: IOB Thompson, 2006, p. 796.

²⁸BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 20 jun. 2020.

a tendência **jurisprudencial em reconhecer a Responsabilidade Civil do genitor por abandono afetivo, em face do descumprimento do dever inerente à autoridade parental de conviver com o filho, gerando obrigação indenizatória por dano afetivo.**” (grifo nosso)²⁹

Ante o exposto, concluo que o legislador ao conferir a paternidade responsável o status de princípio, tem como objetivo asseverar que a paternidade seja exercida de forma consciente, em compatibilidade com os princípios da dignidade da pessoa humana, da solidariedade familiar, da afetividade, de forma que os direitos inerentes aos filhos possam ser observados e respeitados.

1.3 Poder familiar

O poder familiar encontra-se ligado ao princípio do melhor interesse da criança e do adolescente e a doutrina da proteção integral, o seu exercício deve estar em observância com eles. Para Silvio Rodrigues “O poder familiar é o conjunto de direitos e deveres atribuídos aos pais, em relação à pessoa e aos bens dos filhos não emancipados, tendo em vista a proteção destes.”³⁰.

Este instituto sofreu muitas transformações, inclusive em sua nomenclatura. Farei uma breve análise histórica sobre o mesmo ao longo do tempo.

No Direito Romano, ele era nomeado como pátrio-poder, isso se dava porque todo poder relacionado aos filhos estava concentrado nas mãos do pai, ao passo que a mãe nada poderia decidir sobre a vida de sua prole, visto que havia na sociedade a ideia da submissão da mulher em relação ao homem. O Código Civil de 1916 trazia o pátrio poder em seu artigo 380 que possuía a seguinte redação:

Art. 380. Durante o casamento, compete o pátrio poder aos pais, exercendo-o marido com a colaboração da mulher. Na falta ou impedimento de um dos progenitores passará o outro a exercê-lo com exclusividade.³¹.

²⁹DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 5º ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 388

³⁰RODRIGUES, Silvio. **Direito civil: direito de família**. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2004, p. 358

³¹BRASIL. Código Civil Brasileiro de 1916. Lei n. 3071 de 01 de janeiro de 1916. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm> Acesso em 14 jun. 2020

Somente com a entrada em vigor da Lei nº 4.121/62, conhecida como Estatuto da Mulher Casada, foi concedido o pátrio poder ao pai e a mãe. Para que isso ocorresse a lei alterou o artigo 380 do Código Civil de 1916, possibilitando agora a mãe recorrer ao juiz quando discordasse de alguma decisão do pai (GONÇALVES, 2009, p.374). O referido artigo passou a ter a seguinte redação:

Art. 380. Durante o casamento compete o pátrio poder aos pais, exercendo-o o marido com a colaboração da mulher. Na falta ou impedimento de um dos progenitores, passará o outro a exercê-lo com exclusividade.

Parágrafo único. Divergindo os progenitores quanto ao exercício do pátrio poder, prevalecerá a decisão do pai, ressalvado à mãe o direito de recorrer ao juiz, para solução da divergência.³².

Silvo de Salvo Venosa, ressalva que:

Na redação originária do Código Civil, cabia ao marido, como chefe da sociedade conjugal, exercer o pátrio poder sobre os filhos menores e somente em sua falta ou impedimento a incumbência era deferida à mulher, nos casos em que ela passava a exercer a chefia da sociedade conjugal)³³

A Constituição Federal de 1988 proporcionou um tratamento isonômico ao homem e a mulher em seu art. 5º, I³⁴, ocorrendo assim uma grande modificação no núcleo familiar. O próprio conceito de família passou a receber um tratamento abrangente e igualitário.

O texto disposto em nosso ordenamento pátrio preconiza a igualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres, da mesma forma entre os cônjuges dentro da sociedade conjugal, além disso, também veda, explicitamente, a discriminação entre os filhos. Conforme pode se depreender da leitura do artigo 227 da Constituição Federal:

³²IBDEM

³³VENOSA, Sílvio de Salva. **Direito Civil: Direito de Família**. São Paulo: Atlas, v.7, 2007.

³⁴Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição ;BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 20 jun. 2020.

Art. 227: É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los à salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (...) §6º Os filhos, havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.³⁵

O Código Civil de 2002, buscando estabelecer um tratamento igualitário entre o pai e a mãe, também alterou o teor do artigo 380 do Código Civil de 1916, o qual tratava de pátrio poder. A nova redação passou a ser:

Art. 1.631: Durante o casamento e a união estável, compete o poder familiar aos pais; na falta ou impedimento de um deles, o outro exercerá com exclusividade. Parágrafo único. Divergindo os pais quanto ao exercício do poder familiar, é assegurado a qualquer deles recorrer ao juiz para solução do desacordo.³⁶

Conforme pode-se observar, o Código Civil de 2002 passa a utilizar o termo “poder familiar” no lugar de “pátrio poder”. Estes termos remetem aos direitos e deveres que os pais possuem em relações aos seus filhos menores de 18 anos, devendo ser exercidos em igualdade de condições. O artigo 1.634 do Código Civil traz um rol exemplificativo das obrigações que decorrem do poder familiar:

Art. 1.634. Compete aos pais, quanto à pessoa dos filhos menores:

- I – dirigir-lhes a criação e educação;
- II – tê-los em sua companhia e guarda;
- III – conceder-lhes ou negar-lhes consentimento para casarem;
- IV – nomear-lhes tutor por testamento ou documento autêntico, se o outro dos pais não lhe sobreviver, ou o sobrevivente não puder exercer o poder familiar;
- V – representá-los, até aos dezesseis anos, nos atos da vida civil, e assisti-los, após essa idade, nos atos em que forem partes, suprindo-lhes o consentimento;
- VI – reclamá-los de quem ilegalmente os detenha;
- VII – exigir que lhes prestem obediência, respeito e os serviços próprios de sua idade e condição³⁷

³⁵BRASIL. Constituição (1988). Brasília, DF. Op. Cit.

³⁶BRASIL. Lei nº 10.206, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, 1 jan. 2002. PL 634/1975. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm> Acesso em: 15 jun. 2020.

³⁷IBDEM

1.4 Abandono afetivo parental

De acordo ao que foi mencionado, paralelo ao vínculo de filiação, existe uma série de direitos e deveres que organizam esta relação. O filho possui o direito de ter a saudável convivência com o seu genitor, que é o responsável por atender as necessidades materiais e emocionais de sua prole.

A convivência familiar ocupa um papel de grande destaque para que o filho consiga ter um desenvolvimento saudável. Neste sentido, Maria Berenice Dias:

A convivência dos filhos com os pais não é direito do pai, mas do filho. Com isso, quem não detém a guarda tem o dever de conviver com ele. Não é direito de visitá-lo, é obrigação de visitá-lo. O distanciamento entre pais e filhos produz sequelas de ordem emocional e reflexos no seu desenvolvimento. O sentimento de dor e de abandono pode deixar reflexos permanentes em sua vida” (DIAS, 2015, p. 407)³⁸.

Conforme já observado, o artigo 227 da Constituição Federal de 1988, garante as crianças e aos adolescentes o direito à família, à saúde, à vida, à educação, em todos os seus sentidos, à cultura, ao lazer, à dignidade, à convivência familiar e ao respeito, tais direitos possuem um teor moral, importantes na construção da personalidade, cuja não observância pode ocasionar o dano moral, como defende Maria Berenice Dias.

Nesta seara, para autora o abandono afetivo resta configurado “quando o pai, sabendo que tem um filho, é indiferente à presença deste ou mesmo repudia esta ou a própria pessoa do filho, negando-lhe a convivência e a afetividade, independentemente se o filho sofrerá com isso ou não”. (DIAS, 2011, p. 380).

Quando o progenitor se exime de suas responsabilidades para com sua prole, ele está violando princípios constitucionais e deveres impostos tanto pela legislação constitucional quanto pela legislação infraconstitucional, como por exemplo, o artigo 1634 do Código Civil e o artigo 22 do ECA.³⁹

³⁸DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 8 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

³⁹Art. 22. Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais. BRASIL. Lei n. 8.069, de 13

Paulo Lôbo define o abandono afetivo parental como sendo a violação dos deveres legais advindos do poder familiar e além disso, afirma que o postulado da paternidade responsável, assegurado no §7º do artigo 226 da Carta Magna, não é exaurido com a satisfação do dever na esfera material. O poder familiar também engloba a assistência moral, que é violada nos casos que ocorrem o abandono afetivo, e este fato, para o autor, pode ensejar uma pretensão reparatória.

E ainda neste sentido, o jurista defende que a violação dos demais deveres inerentes a paternidade, previstos nos arts. 227 da Constituição Federal e 1.634 do Código Civil, também é passível de indenização:

O art. 227 da Constituição confere à criança e ao adolescente os direitos "com absoluta prioridade", oponíveis à família - inclusive ao pai separado -, à vida, à saúde, à educação, ao lazer, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar, que são direitos de conteúdo moral, integrantes da personalidade, cuja rejeição provoca dano moral. O poder familiar do pai separado não se esgota com a separação, salvo no que concerne à guarda, permanecendo os deveres de criação, educação e companhia (art. 1.634 do Código Civil) (...). Portanto, o "abandono afetivo" nada mais é que inadimplemento de deveres jurídicos de paternidade. (...). Por isso, seria possível considerar a possibilidade da Responsabilidade Civil, para quem descumpre o múnus inerente ao poder familiar⁴⁰.

Muitas hipóteses podem configurar o abandono afetivo parental, a seguir, irei tratar de algumas: Alguns genitores possuem a crença que o pagamento da pensão alimentícia já é o suficiente para satisfazer a sua responsabilidade parental, contudo, como já foi dito, as obrigações dos pais não se limitam apenas ao aspecto material, também perpassam pela satisfação das necessidades morais, intelectuais e afetivas de sua prole. Em outras situações, o genitor acredita que por não manter relação com o pai/mãe da criança, pensa que não convivendo com a criança, estará livre da prestação alimentar. O intencional descumprimento do direito de visitas por parte do genitor não guardião ao seu filho, muitas vezes motivado pelo sentimento de vingança ao ex-cônjuge, também pode configurar hipótese de abandono afetivo, causando aos filhos sentimentos de rejeição e abalo a sua autoestima (NADER, 2010).

de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Lex**: Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em 10 jun. 2020.

⁴⁰LÔBO, Paulo. **Direito Civil. Famílias**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2010, p. 295.

Percebe-se, em todas estas situações, o traço marcante do abandono afetivo, consiste no descaso intencional pela criação, educação e convívio com os filhos, podendo ser nefasto para o desenvolvimento destas crianças (MADALENO, 2009).

Após abordar como a promulgação da atual Carta Política impactou no Direito de Família, iniciando uma tendência de valorização dos princípios elencados no texto constitucional, seja de forma implícita ou expressa, é importante observar, na prática, como os legisladores tem se comportado perante essas mudanças, e para isso, no capítulo que se segue, irei trazer alguns pontos importantes sobre os últimos Projetos de Lei que tiveram como objeto versar sobre as relações familiares.

2 PANORAMA LEGISLATIVO SOBRE O TEMA

Este capítulo se digna a estudar como o legislativo vem dispendo acerca das instituições familiares na atualidade. Serão analisados 5 Projetos de Lei: PL 4294/2008, PLS 700/200, PL nº 6583/2013, PLS 470/2013 e PL nº 3.369/2015. Sendo que o, PLS 700/2007, 294/2008 e PLS 470/2013 trazem previsões legais acerca do abandono afetivo parental, conforme pode se observar a seguir.

2.1 Projeto de Lei nº 6583/2013: O Estatuto da Família

O Estatuto da família (PL 6.583/2013) é um projeto de lei de autoria do ex-Deputado Anderson Ferreira (PR/PE), apresentado em 16/10/2013, e segundo a justificativa apresentada pelo parlamentar, o projeto possui como objetivo fortalecer as entidades familiares e propor políticas públicas neste sentido. Nos termos do seu artigo 1º⁴¹.

Contudo, o conceito de entidade familiar que referido projeto apresenta é restritivo. Vejamos:

Art. 2º Para os fins desta Lei, define-se entidade familiar como o núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes⁴².

Conforme se observa, a definição externada no artigo supracitado entende que o núcleo familiar é formado apenas pela união entre homem e a mulher, desconsiderando os demais arranjos familiares existentes, como por exemplo: a união de casais homoafetivos e a família monoparental. E assim, nota-se que o Estatuto não coaduna com uma parcela da doutrina que defende a pluralidade das entidades familiares. Neste sentido, Maria Berenice Dias:

⁴¹"Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto da Família e dispõe sobre os direitos da família, e as diretrizes das políticas públicas voltadas para valorização e apoio à entidade familiar. BRASIL, Câmara dos Deputados. Projeto de Lei do nº. 6583, 2013. Disponível em:< <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=597005>>. Acesso em: 30 jun. 2020

⁴²BRASIL, Câmara dos Deputados. Projeto de Lei do nº. 6583, 2013. Disponível em:< <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=597005>>. Acesso em: 30 jun. 2020

É necessário ter uma visão pluralista da família, que abrigue os mais diversos arranjos familiares, devendo-se buscar o elemento que permite enlaçar no conceito de entidade familiar todos os relacionamentos que têm origem em um elo de afetividade, independentemente de sua conformação⁴³.

Em concordância com estes dizeres, o Instituto Brasileiro de Direito da Família afirma que:

O Estatuto da Família, como atualmente formatado, vai excluir da proteção jurídica do Estado inúmeras configurações familiares deslegitimando experiências de afeto, cuidado e solidariedade. As famílias constituídas pelos laços do afeto, sejam homoafetivas, monoparentais e heteroafetivas passarão a viver à margem da lei.

De acordo com o que foi explanado no presente trabalho, com o advento da Constituição de 1988 houve a consagração da dignidade da pessoa humana e a família deixou de ser interpretada apenas pelo viés patrimonial. Há necessidade de zelar pela dignidade dos membros do núcleo familiar, assim como o reconhecimento dos laços afetivos como sendo importantes elementos constitutivos do núcleo familiar, junto da solidariedade e da igualdade.

O PL 6583/2013 ao limitar a família apenas como aquela gerada através da união entre um homem e uma mulher se mostra em discordância com o Art. 226 da Constituição Federal, visto que o mesmo prevê, expressamente, a existência da família monoparental. Além disso, este ato normativo representa um retrocesso perante o reconhecimento, pelo STF, da união homoafetiva como sendo entidade familiar.

2.2 Projeto de Lei do Senado nº 470/2013: O Estatuto das Famílias

O Projeto de Lei do Senado nº 470/2013, ou Estatuto das Famílias, elaborado pelo IBDFAM e apresentado por Lídice da Mata, que na época era senadora pelo PSB-BA, é a segunda versão do Estatuto das Famílias. A primeira versão foi proposta pelo, na época, deputado Sérgio Barradas (PT-BA), em 2007, sob o nº 2.285/2007, e após, apensado ao PL nº 674/2007 na Câmara dos Deputados. No entanto, durante a sua tramitação, foram retirados os dispositivos que disciplinavam acerca da união homoafetiva e assim sendo, o projeto restou

⁴³DIAS, MARIA BERENICE. **Manual de Direito das Famílias**. 10.^a ed., São Paulo, 2015, p. 133.

ineficaz em relação a um dos seus principais objetivos que era assegurar o direito à família como um direito fundamental de todos.

Posteriormente, algumas decisões ensejaram a reformulação do Estatuto das Famílias que resultaram no PL 470/2013, entre elas: o julgamento em conjunto da ADI 4.277 e ADPF 132, pelo Supremo Tribunal Federal, reconhecendo a união homoafetiva como entidade familiar; o reconhecimento do Superior Tribunal de Justiça, através do REsp nº 1.183.378, da constitucionalidade do casamento homoafetivo tendo por referência a interpretação conferida pelo STF na ADI nº 4.277; a edição da Resolução nº 175/CNJ, para uniformizar, no âmbito dos cartórios de Registro Civil, o procedimento de conversão das uniões homoafetivas em casamento assim como a habilitação para o casamento entre pessoas do mesmo sexo (LÔBO, 2013, p. 14).

Dessa forma, este normativo abarca os mais diferentes arranjos familiares existentes na sociedade, e assim, possui como objetivo disciplinar regras de direito material e processual em um único instrumento legal que possa conferir proteção a todos estes arranjos familiares presentes na atual realidade social, sem promover nenhuma forma de discriminação.

O mencionado Estatuto está fundamentado nos princípios da dignidade da pessoa humana, da solidariedade, da responsabilidade, da afetividade, da convivência familiar; da igualdade das entidades familiares, da igualdade parental e o melhor interesse da criança e do adolescente, assim como também no direito à busca da felicidade e bem-estar.

O título IV do PLS trata sobre o abandono afetivo, o conceituando como sendo a prática de qualquer ação ou omissão que ofenda algum direito fundamental da criança ou do adolescente, entre eles a convivência familiar e além disso, estabelece quais diretrizes devem ser observadas pelos pais na seara da assistência afetiva:

Art. 108. Considera-se conduta ilícita o abandono afetivo, assim entendido a ação ou a omissão que ofenda direito fundamental da criança ou adolescente.

Art. 109. Compete aos pais, além de zelar pelos direitos estabelecidos em lei especial de proteção à criança e ao adolescente, prestar-lhes assistência afetiva, que permita o acompanhamento da formação da pessoa em desenvolvimento. Parágrafo único. Compreende-se por assistência afetiva:

- I – orientação quanto às principais escolhas e oportunidades profissionais, educacionais e culturais
- II – solidariedade e apoio nos momentos de necessidade ou dificuldade;
- III – cuidado, responsabilização e envolvimento com o filho⁴⁴.

Portanto, conclui-se que o Estatuto das Famílias além de conceituar o abandono afetivo, consagra o princípio da paternidade responsável, previsto no art. 227 da CF/88, ao elencar as obrigações que os genitores possuem em prol de satisfazer as necessidades afetivas, intelectuais e morais de seus filhos.

Entretanto, o PLS foi arquivado em 21/12/2018, ao final daquela legislatura.

2.3 Projeto de Lei 3.369/2015: Estatuto das Famílias do Século XXI

O Projeto de Lei 3.369/2015, denominado Estatuto das Famílias do Século XXI, é de autoria do deputado Orlando Silva (PcdoB-BA), o referido normativo traz em seu art. 2ª, a necessidade do Poder Estatal de reconhecer que a família é qualquer instituição que seja pautada no respeito a dignidade da pessoa humana, na socioafetividade e na solidariedade. E ainda garantir que esses núcleos familiares heterogêneos tenham resguardados seus direitos. *In verbis*:

Art. 2º São reconhecidas como famílias todas as formas de união entre duas ou mais pessoas que para este fim se constituam e que se baseiem no amor, na socioafetividade, independentemente de consanguinidade, gênero, orientação sexual, nacionalidade, credo ou raça, incluindo seus filhos ou pessoas que assim sejam consideradas.

Parágrafo único. O Poder Público proverá reconhecimento formal e garantirá todos os direitos decorrentes da constituição de famílias na forma definida no caput.⁴⁵.

O projeto foi objeto de algumas polêmicas como a discussão que se levantou sobre ele prever a poliafetividade e o incesto. Então, em 20 de agosto de 2019, Helder Salomão,

⁴⁴BRASIL, Senado Federal. Projeto de Lei do nº. 470, 2013. Disponível em:< <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/115242>>. Acesso em: 30 jun. 2020

⁴⁵Câmara dos Deputados. Projeto de Lei do nº. 3369, 2015. Disponível em:< <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2024195>>. Acesso em: 30 jun. 2020

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, comunicou que o projeto foi retirado da pauta da votação a pedido do relator Deputado Tulio Gadelha.

2.4 Apontamos sobre o PL nº 700/2007 e nº 4294/2008

O Projeto de Lei do Senado nº 700/2007, apresentado em 2007 pelo ex Senador Marcelo Crivella, propôs alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente no sentido de dar uma maior efetivação aos direitos e garantias que os menores de idade possuem, como uma forma de evitar atitudes negligentes por parte de seus genitores, fazendo com que eles cumpram com as suas obrigações dispostas em diferentes diplomas legais, conforme já apresentado.

Entre as mudanças propostas, a de maior importância para este trabalho, é a estabelecida no art.2 do PLS em comento, que prevê a inclusão do parágrafo único ao Art. 5º do ECA, e este ato normativo seria o responsável por definir o abandono afetivo como conduta ilícita, sujeita a reparação civil. Vejamos:

Art. 2º Os arts. 5º, 22, 24, 56, 58, 129 e 130 da Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 5º. Parágrafo único. Considera-se conduta ilícita, sujeita a reparação de danos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, a ação ou a omissão que ofenda direito fundamental de criança ou adolescente previsto nesta Lei, incluindo os casos de abandono moral. (NR)”⁴⁶.

Em sua justificativa, o legislador defende que a proposta tem como objetivo poder auxiliar na prevenção e solução dos casos de negligência dos pais para com seus filhos, e ainda, superar a insegurança jurídica que permeia este tema, visto que pela ausência de uma definição legal do que é o abandono afetivo, ainda existe muita divergência entre as decisões judiciais que versem sobre o tema.

Inicialmente, o legislador queria que o abandono afetivo fosse caracterizado como ato ilícito tanto na esfera civil quanto na penal, contudo, em setembro de 2015, o mencionado PLS

⁴⁶BRASIL, Senado Federal. Projeto de Lei do nº. 700, 2007. Disponível em:< http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=83516>. Acesso em: 30 jun. 2020

foi aprovado pela Comissão de Direitos Humanos com a proposta somente da caracterização do abandono afetivo como ilícito civil passível de reparação, afastando a possibilidade de incidência do direito penal.

Em 2008, foi proposto pelo Deputado Carlos Bezerra, o Projeto de Lei 4294/2008 com objetivo de promover alterações no Código Civil (artigo 1.632) e no Estatuto do Idoso (artigo 3º) para poder contemplar a reparação por dano moral em virtude de abandono afetivo. Cabe destacar que o texto apresentado não conceitua, expressamente, o que é abandono afetivo. Pela proposta do presente PL, o art.1.632 passaria a ter seguinte redação:

Art. 2º O artigo 1.632 da lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil – passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único: “ Art. 1632 Parágrafo único: O abandono afetivo sujeita os pais ao pagamento de indenização por dano moral.(NR)”⁴⁷.

O autor do projeto defende que os pais tem uma série de obrigações com sua prole, e que elas não se esgotam, unicamente, com a prestação do auxílio material. Também é necessária que tenha a satisfação do auxílio moral que ele compreende como sendo a prestação de apoio, afeto e atenção que são de extrema importância para o desenvolvimento sadio da personalidade dos menores de idade, visto que o abandono afetivo parental pode originar profundos traumas em suas vidas.

O parlamentar compreende que não pode obrigar que a relação paterno-filial seja pautada no amor, não há como obrigar alguém a criar laços afetivos por outra pessoa, entretanto, deve haver alguma previsão para que a vítima do abandono afetivo, possa receber algum tipo de indenização pelo dano sofrido, de forma que esta prática não seja naturalizada e nem reste impune pelo nosso ordenamento.

Para uma melhor compreensão do que é dano, ato ilícito, fato ensejador de reparação civil, conceitos ventilados nesse tópico, é necessário tecer breves considerações sobre o instituto

⁴⁷BRASIL, Câmara dos Deputados. Projeto de Lei do nº. 4294, 2008. Disponível em: < <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=415684>>. Acesso em: 30 jun. 2020

da Responsabilidade Civil e de qual forma ele pode se apresentar como um instrumento de combate de reiteradas práticas negligentes por parte dos genitores em face de sua prole.

3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O INSTITUTO DA RESPONSABILIDADE CIVIL

O primeiro capítulo teve como objetivo trazer noções conceituais sobre família, o surgimento do poder de família e como a valorização dos princípios constitucionais implicou neste ramo do direito, enquanto que o segundo capítulo se ocupou de trazer um panorama legislativo sobre o tema, para poder observar na prática qual tratamento os legisladores tem conferido as transformações vividas pelas unidades familiares. Superado este momento introdutório, o presente capítulo tem como escopo tratar acerca da teoria geral da Responsabilidade Civil, bem como, realizar uma breve análise sobre os danos morais e como o instituto da Responsabilidade Civil se relaciona com o Direito de Família.

3.1 Delimitação Conceitual

O instituto da Responsabilidade Civil pode ser conceituado como a obrigação de reparar um dano material ou moral, causado a um terceiro em decorrência da prática de um ato ilícito, assim sendo, este instituto tem como objetivo reestabelecer o equilíbrio afetado por uma conduta que violou alguma norma ou obrigação preexistente, visando restituir a vítima do dano. Nesse diapasão, afirma Sergio Cavalieri Filho (2009, p. 2):

Em apertada síntese, Responsabilidade Civil é um dever jurídico sucessivo que surge para recompor o dano decorrente da violação de um dever jurídico originário. Só se cogita, destarte, de Responsabilidade Civil onde houver violação de um dever jurídico e dano. Em outras palavras, responsável é a pessoa que deve ressarcir o prejuízo decorrente da violação de um outro dever jurídico. E assim é porque a responsabilidade pressupõe um dever jurídico preexistente, uma obrigação descumprida.⁴⁸.

Do trecho supracitado, pode extrair que o indivíduo que através de uma ação ou omissão causar dano a outrem, fica obrigado a reparar as consequências produzidas pelo seu ato Seguindo este pensamento, Maria Helena Diniz (2012, p. 37) conceitua Responsabilidade Civil como “a aplicação de medidas que obriguem alguém a reparar dano moral ou patrimonial causado a terceiros em razão de ato do próprio imputado, de pessoa por quem ele responde, ou de fato de coisa ou animal sob sua guarda ou, ainda, de simples imposição legal”⁴⁹.

⁴⁸ CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009

⁴⁹ DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: responsabilidade civil**. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. V. 7

A Responsabilidade Civil pode ser classificada a partir de diferentes critérios, conforme a perspectiva que se analisa (DINIZ, 2012, p. 145): quanto ao seu fato gerador, a Responsabilidade Civil é classificada com contratual quando há por parte de um dos contratantes o descumprimento total ou parcial da obrigação pactuada, ou como extracontratual quando o ato ilícito resta configurado quando pessoa causa dano a outra, a partir da violação de alguma norma jurídica ou algum dever; analisando pelo viés do elemento culpa, a Responsabilidade Civil é classificada como subjetiva quando é necessário a comprovação de que o agente causador do dano agiu com culpa para que se configure o dever de indenizar ou então, como objetiva quando a comprovação da culpa não é necessária, e ainda, a Responsabilidade Civil será direta quando o agente responderá pelos seus próprios atos praticados, ou então, poderá ser indireta quando o ato ilícito decorre de ato de terceiro, com o qual o agente possui algum vínculo legal de responsabilidade.

3.1.1 Responsabilidade Contratual e Extracontratual

A doutrina classifica a Responsabilidade Civil em contratual ou extracontratual, utilizando como critério a fonte originária do dever primário violado. Dessa forma, se preexiste um vínculo obrigacional entre os partes e o dever de reparação nasce por conta do inadimplemento da obrigação pactuada, a Responsabilidade Civil será contratual, a mesma encontra-se disciplinada nos artigos 389 e seguintes e no 395 e seguintes, ambos dispositivos do Código Civil e, caso, o dever de indenização tenha sua origem fundada na violação de um dever legal, sem que exista uma relação obrigacional preexistente entre o agente infrator e a vítima do dano, a responsabilidade será extracontratual, possuindo previsão legal nos artigos 186 ao 188 e do 927 ao 954, do Código Civil.

Sobre o tema, diz Sérgio Cavalieri Filho (2009, p. 15):

Em suma: tanto na responsabilidade extracontratual como na contratual há a violação de um dever jurídico preexistente. A distinção está na sede desse dever. Haverá responsabilidade contratual quando o dever jurídico violado (inadimplemento ou ilícito contratual) estiver previsto no contrato. A norma convencional já define o comportamento dos contratantes e o dever específico a cuja observância ficam adstritos. E como o contrato estabelece um vínculo jurídico entre os contratantes,

costuma-se também dizer que na responsabilidade contratual já há uma relação jurídica preexistente (relação jurídica, e não dever jurídico, preexistente, porque este sempre se faz presente em qualquer espécie de responsabilidade). Haverá, por seu turno, responsabilidade extracontratual se o dever jurídico violado não estiver previsto no contrato, mas sim na lei ou na ordem jurídica.⁵⁰

3.1.2 Responsabilidade Civil Subjetiva e Objetiva

Esta classificação encontra-se relacionada ao elemento culpa. Na Responsabilidade Civil subjetiva, o agente infrator somente será responsabilizado, caso a vítima comprove que este agiu com culpa, assim sendo, esta modalidade tem como fundamento central a análise da conduta do agente causador do dano.

A teoria subjetiva é expressamente adotada como regra geral pelo Código Civil em seu art. 186, que possui o seguinte teor “aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”, complementado pelo disposto no caput do art. 927 do mencionado diploma legal.

Ao passo que a Responsabilidade Civil objetiva é aquela que não é necessária a comprovação do elemento culpa para a configuração do dever de reparar. Como já mencionado, anteriormente, o Código Civil Brasileiro adota a Responsabilidade Civil subjetiva como regra geral, entretanto, a Responsabilidade Civil objetiva é aceita em alguns casos, como por exemplo no parágrafo único do Art. 927, *in verbis*:

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem⁵¹.

O mencionado dispositivo traz a teoria do risco que é aplicada quando o indivíduo realiza alguma atividade que por si só cria um risco de dano para terceiros e então, caso esse

⁵⁰CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009

⁵¹BRASIL. Lei nº 10.206, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, 11 jan. 2002. PL 634/1975. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 20 jun. 2020.

dano venha a se concretizar, o agente que exerce a atividade está obrigado a reparar o ato danoso, mesmo que tenha o praticado sem culpa, a Responsabilidade Civil subjetiva também pode ser observada no art. 931 do Código Civil, e em alguns casos específicos que possuem previsão em leis esparsas, tais como o Código de Defesa do Consumidor, a Lei nº 6.938/81 (que trata dos danos causados ao meio ambiente) e a Lei nº 8.213/91 (que dispõe sobre os acidentes de trabalho)

3.1.3 Responsabilidade Civil Direta e Indireta

E por fim, a Responsabilidade Civil pode ser classificada como direta ou indireta. A direta resta configurada quando o agente infrator responderá pelos seus próprios atos, nas palavras de Sergio Cavalieri Filho (2009, p. 181):

“A regra em sede de Responsabilidade Civil é que cada um responda por seus próprios atos, exclusivamente pelo que fez [...]. É o que tem sido chamado de responsabilidade direta, ou responsabilidade por fato próprio, cuja justificativa está no próprio princípio informador da teoria da reparação.”

Contudo, esta regra comporta exceções, “se unicamente os causadores dos danos fossem responsáveis pela indenização, muitas situações de prejuízo ficariam irressarcidas” (VENOSA, 2010, p. 81), uma vez que em algumas hipóteses, o causador do dano não detém de condições para repará-lo. Assim sendo, a Responsabilidade Civil será indireta quando o indivíduo responder por ato de terceiro, com o qual possui vínculo legal de responsabilidade, sendo os casos, taxativamente, previstos pelo art. 932 do Código Civil.

Os indivíduos responsabilizados por ato de terceiro, terão o direito de serem ressarcidos por meio de uma ação regressiva proposta contra o infrator, contudo, conforme o art. 934 da lei civil, se o causador do dano for descendente seu ou incapaz, não se aplica a hipótese de ressarcimento.

3.2 Elementos da Responsabilidade Civil

Os pressupostos caracterizadores da Responsabilidade Civil são: a conduta ou ato humano, nexo de causalidade, dano e a culpa. Contudo, é importante destacar que nem sempre

o elemento culpa precisará estar presente para que se possa falar em Responsabilidade Civil, visto que na modalidade objetiva, não é necessário que a presença do mesmo seja comprovada.

Ainda sobre os mencionados requisitos, Sergio Cavalieri Filho (2009, p. 70) diz que “a Responsabilidade Civil requer a existência de uma conduta culposa, nexo causal e um dano, dispensando o elemento culpa quando se tratar de responsabilidade objetiva”.

3.2.1 Da conduta

O primeiro elemento para análise da Responsabilidade Civil é a conduta que pode ser um ato voluntário omissivo ou comissivo. A ação é o ato positivo, onde o agente pratica determinado ato; enquanto que a omissão ocorre quando o agente de praticar determinado ato que deveria ter feito.

É importante que a conduta seja voluntária, ou seja, o agente ter discernimento e vontade acerca do ato que praticou.

Acerca da voluntariedade da conduta, Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho dizem que:

Em outras palavras, a voluntariedade, que é pedra de toque da noção de conduta humana ou ação voluntária, primeiro elemento da Responsabilidade Civil, não traduz necessariamente a intenção de causar o dano, mas sim, e tão-somente, a consciência daquilo que se está fazendo. E tal ocorre não apenas quando estamos diante de uma situação de responsabilidade subjetiva (calcada na noção de culpa), mas também de responsabilidade objetiva (caucada na ideia de risco), porque em ambas as hipóteses o agente causador do dano deve agir voluntariamente, ou seja, de acordo com a sua livre capacidade de autodeterminação⁵².

Portanto, é válido ressaltar que a voluntariedade não se confunde com a culpa, uma vez que aquela tem que estar presente tanto na modalidade subjetiva quanto objetiva. Enquanto que a culpa, só deverá ser comprovada nas hipóteses de Responsabilidade Civil subjetiva.

⁵²GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil – Responsabilidade civil**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

3.2.2 Da culpa

A culpa pode ser compreendida, em sentido amplo, como a violação de um dever jurídico através de uma atitude omissiva ou comissiva. O agente pode agir com dolo que é a violação intencional a esta obrigação jurídica ou então, com a culpa em sentido estrito que ocorre quando o agente age com imperícia (o lesante não possui técnica necessária para praticar certo ato, ele não é apto para aquilo), negligência (não observância dos deveres básicos de cuidado) ou imprudência (ato de proceder sem cautela).

A culpa encontra-se vinculada ao comportamento do agente, considerado como um valor social qualificado pela censurabilidade ou reprovabilidade. Seguindo este entendimento, Carlos Roberto Gonçalves diz que:

Agir com culpa significa atuar o agente em termos de, pessoalmente, merecer a censura ou reprovação do direito. E o agente só pode ser pessoalmente censurado ou reprovado na sua conduta, quando, em face das circunstâncias concretas da situação, caiba afirmar que ele podia e devia ter agido de outro modo⁵³.

Na Responsabilidade Civil subjetiva, é necessária a comprovação de culpa enquanto que na Responsabilidade Civil objetiva, essa comprovação é prescindível. É importante destacar que a culpa pode ser direta, quando o lesante é a própria pessoa que deverá ser responsabilizada, ou indireta, quando o dano é causado por um animal ou coisa pertencente ao indivíduo que será responsabilizado, ou ainda, por um terceiro a quem o sujeito é responsável.

Conforme salientado, a lei civil vigente tem a responsabilidade subjetiva como sendo a regra geral (art. 186⁵⁴) e assim, a vítima tem o dever de provar que o agente infrator agiu de maneira culposa para que então nasça a pretensão indenizatória.

⁵³GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: Responsabilidade Civil**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. V. 4.

⁵⁴Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. Código Civil de 2002. Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm Acesso em: 19 jun. 2020

Contudo, o diploma legal traz a Responsabilidade Civil objetiva em determinados casos: o abuso de direito (art. 187⁵⁵); o exercício da atividade de risco ou perigosa (art. 927, parágrafo único⁵⁶); danos causados por produtos (art. 931⁵⁷), responsabilidade por fato de coisa ou animal (art. 936⁵⁸), responsabilidade pelas coisas caídas ou lançadas de prédio (art. 938⁵⁹), entre outros.

3.2.3 Do nexo de causalidade

O nexo de causalidade constitui como sendo elemento indispensável em qualquer espécie de Responsabilidade Civil, porque como já foi visto, pode haver responsabilidade sem culpa, entretanto, não se verifica a existência de responsabilidade sem nexo causal.

Este pressuposto pode ser conceituado como a ligação entre a conduta do agente infrator e o resultado. O autor Sergio Cavalieri Filho (2012. p. 67) define nexo causal como “elemento referencial entre a conduta e o resultado. É através dele que poderemos concluir quem foi o causador do dano.”

3.2.4 Do dano

⁵⁵Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes. Código Civil de 2002. Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm Acesso em: 19 jun. 2020

⁵⁶Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem. Código Civil de 2002. Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm Acesso em: 19 jun. 2020

⁵⁷Art. 931. Ressalvados outros casos previstos em lei especial, os empresários individuais e as empresas respondem independentemente de culpa pelos danos causados pelos produtos postos em circulação. Código Civil de 2002. Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm Acesso em: 19 jun. 2020

⁵⁸Art. 936. O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, se não provar culpa da vítima ou força maior. Código Civil de 2002. Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm Acesso em: 19 jun. 2020

⁵⁹Art. 938. Aquele que habitar prédio, ou parte dele, responde pelo dano proveniente das coisas que dele caírem ou forem lançadas em lugar indevido. Código Civil de 2002. Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm Acesso em: 19 jun. 2020

Em regra geral, não há como falar sobre a Responsabilidade Civil sem abordar sobre a existência do dano ou prejuízo. O dano comporta duas classificações: material que é o dano que atinge a esfera patrimonial do indivíduo, e encontra-se subdividido em duas espécies: danos emergentes, que correspondem aos prejuízos sofridos de forma imediata com a redução do patrimônio, ou então, de forma mediata que se dá por conta das despesas indevidas advindas da conduta ilícita e a segunda espécie que são os lucros cessantes que é constituída pelos valores que a vítima deixa de auferir com a ocorrência da lesão. E ainda há o dano extrapatrimonial ou moral, caracterizado pela lesão aos direitos de personalidade da vítima, ferindo sua dignidade humana.

3.2.4.1 Dano moral

Com o advento da Constituição Federal de 1988, a indenização por dano moral alcançou o status de direito fundamental, possuindo previsão no artigo 5º do texto constitucional, em seus incisos V e X, conforme se passa a ver:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...)
V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;
(...)
X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação⁶⁰.

O dano moral atingiu este patamar, porque ele representa uma violação à dignidade da pessoa humana, um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito. Nas palavras de Maria Celina Bodin de Moraes (2008, p.34):

[...] toda e qualquer circunstância que atinja o ser humano em sua condição humana, que (mesmo longinquamente) pretenda tê-lo como objeto, e que negue sua qualidade

⁶⁰BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 jun. 2020.

de pessoa, será automaticamente considerada violadora de sua personalidade e, se concretizada, causadora de dano moral a ser indenizado.⁶¹.

O dano moral pode ser conceituado como a violação a um dos direitos da personalidade que possuem previsão legal no Art. 11 do Código Civil, como por exemplo, a violação do direito ao nome, à imagem, à privacidade, à honra, à dignidade, entre outros, constituindo como dever do juiz ao analisar o caso concreto verificar se a conduta ilícita causou prejuízo de ordem a moral a alguém, originando sofrimento que supere os aborrecimentos que compõem a vida cotidiana e que todos nós estamos sujeitos a sofrer.

Em sua obra sobre Responsabilidade Civil, Venosa aprofunda sua análise a respeito do tema, dizendo que o dano moral irá existir quando uma conduta ilícita causar a determinado indivíduo um sofrimento psicológico e físico que ultrapasse o razoável ou o mero dissabor, sentimentos estes, que até ocasionar na vítima patologias, como depressão, síndromes, inibições ou bloqueios. Nas palavras do autor:

Será moral o dano que ocasiona um distúrbio anormal na vida do indivíduo; uma inconveniência de comportamento ou, como definimos, um desconforto comportamental a ser examinado em cada caso. Ao se analisar o dano moral, o juiz se volta para a sintomatologia do sofrimento, a qual, se não pode ser valorada por terceiro, deve, no caso, ser quantificada economicamente;⁶².

É necessário salientar que o dano moral não se confunde com a dor, a angústia, o desgosto, a aflição espiritual, a humilhação, o complexo que sofre a vítima do evento danoso, pois esses estados de espírito constituem o conteúdo, ou melhor, a consequência do dano (GONÇALVES, 2012, p. 379). Pode-se cogitar, desta maneira, a existência de ofensa à dignidade da pessoa humana sem que esta ofensa se encontre, diretamente, ligada com a ideia de dor, vexame, sofrimento, da mesma maneira que pode existir dor, vexame e sofrimento sem violação à dignidade.

Nesse sentido, o enunciado 445 da V Jornada de Direito Civil:

⁶¹MORAES, Maria Celina Bodin de. Perspectivas a partir do direito civil-constitucional. In: TEPEDINO, Gustavo (Org.). Direito civil contemporâneo: novos problemas à luz da legalidade constitucional. **Anais do Congresso Internacional de Direito Civil- constitucional da Cidade do Rio de Janeiro**. São Paulo: Atlas, 2008

⁶²VENOSA, Silvio de Salvo, **Direito Civil: Responsabilidade Civil**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

445 – Art. 927: O dano moral indenizável não pressupõe necessariamente a verificação de sentimentos humanos desagradáveis como dor ou sofrimento⁶³.

Após abordar a Teoria Geral da Responsabilidade Civil e os aspectos que considere mais relevantes acerca de dano moral, é necessário para o tema central do presente trabalho analisar a Responsabilidade Civil sob o prisma do Direito de Família.

3.3 Responsabilidade Civil no Direito de Família

Consoante à ordem constitucional vigente, o dano moral, em sentido amplo pode ser interpretado como agressão a um bem ou direito da personalidade e, em seu sentido estrito, constitui como agressão à dignidade humana, princípio que deve reger todas as relações estabelecidas.

Analisando a configuração do dano moral, decerto para que nasça a possibilidade de reparação por dano moral, o indivíduo deve ser alvo de uma conduta que resulte em um grande sofrimento que ocasione lesões de cunho psíquico e moral que irão afetar, diretamente, em sua vida, assim sendo, os meros dissabores da vida não são o suficiente para configurar o direito à indenização.

As relações construídas dentro do seio familiar são caracterizadas por inúmeras questões de cunho sentimental e pessoal entre seus membros, e como já visto, anteriormente, além das questões subjetivas, a entidade familiar, mais precisamente, o poder familiar comporta uma série de deveres que possuem previsão tanto na legislação constitucional quanto na legislação infra constitucional, a título de exemplo, o Código Civil e o Estatuto da Criança e do Adolescente, e então, quando há violação de algum desses deveres, nasce, concomitantemente, o descumprimento do texto normativo.

Para ilustrar o que foi dito, o artigo 227 da Constituição Federal, prevê uma série de deveres que a família, a sociedade e o Estado possuem em relação à criança e ao adolescente,

⁶³Jornadas de direito civil I, III, IV e V: enunciados aprovados / coordenador científico Ministro Ruy Rosado de Aguiar Júnior. – Brasília: Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários, 2012. Disponível em: . Acesso em 10 jun. 2020

entre eles, o direito à convivência familiar, se um dos genitores, sem nenhuma justificativa aceitável, se escusa de cumprir com esta obrigação, ele está cometendo um ilícito que carece de reparação civil.

Dessa forma, surge a possibilidade de aplicar o instituto da Responsabilidade Civil no Direito de Família, em consonância com os valores existenciais perseguidos pela ordem constitucional vigente, e como por exemplo, a tutela da dignidade do indivíduo, dos direitos da personalidade e a preservação da autonomia da vontade.

Nessa mesma linha de pensamento, os dizeres de Alexandre Miguel:

As sevícias, as ofensas morais e físicas, as injúrias graves praticadas por um cônjuge contra o outro, a transmissão e contágio de doenças graves, às vezes letais, o abandono material e moral do companheiro, o abandono material e moral do pai pelo filho, a recusa no reconhecimento da paternidade, a negação de alimentos, a difamação, perecimento, extinção ou ocultação de bens a partilhar, são alguns exemplos dessa seara.⁶⁴

Assim, se da análise do caso concreto, identificar a presença dos elementos que caracterizam a Responsabilidade Civil, não há óbices para aplicação deste instituto. E ao observar o artigo 186 do Código Civil de 2002, o mesmo se mostra aplicável ao Direito de família, uma vez que seu texto é dotado de caráter genérico, não estipulando proibições a sua aplicação, de acordo com o que pode se observar:

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.⁶⁵

Alguns autores defendem que a Responsabilidade Civil no Direito de Família é subjetiva, um deles é o autor Paulo Lobo que explica:

⁶⁴MIGUEL, Alexandre. A responsabilidade civil no novo Código Civil: algumas considerações. In: NERY, Rosa Maria Barreto Borriello de Andrade; NERY JUNIOR, Nelson (Org.). Responsabilidade civil: teoria geral. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2010. v. 1, cap. 17, p. 491

⁶⁵BRASIL. Lei nº 10.206, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, 11 jan. 2002. PL 634/1975. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm. Acesso em: 20 jun. 2020.

A responsabilidade não é objetiva, pois depende de culpa do pai ou da mãe, a quem se imputa o abandono afetivo. Pode ter havido circunstâncias que excluam a responsabilidade, a exemplo de condutas hostis do outro genitor, ou do próprio filho, inclusive em decorrência de alienação parental, que inibiram ou impediram o cumprimento dos deveres parentais existenciais. Ressalte-se que o ônus da prova dessas excludentes é do imputado pelo inadimplemento, ainda que não se possa exigir dele que antes tenha tentado reverter essa situação mediante ajuizamento de ação para assegurar-lhe os direitos parentais. Por outro lado, os danos não são presumíveis, tendo de ser comprovados, neste caso por quem os alega⁶⁶.

Isto posto, finalizada a breve análise sobre os pressupostos que constituem a Responsabilidade Civil, assim como acerca da aplicação do instituto no Direito de Família, é necessário trazer os posicionamentos jurisprudenciais e doutrinários sobre o tema central deste trabalho ,ou seja, fazer uma análise sobre a Responsabilização Civil pelo Abandono Afetivo na relação paterno-filial e este estudo será apresentado no capítulo a seguir.

⁶⁶LÔBO, Paulo. **Direito Civil: Famílias**.12. ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 310 e ss.

4 A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS GENITORES PELO ABANDONO AFETIVO

O afeto constitui como um importante elemento nas relações familiares, a sua presença auxilia em uma criação saudável da criança e do adolescente, lembrando que essas duas fases da vida são marcadas pela fragilidade e dependência, e os traumas adquiridos na mesma podem refletir diretamente no futuro do sujeito, podendo ocasionar algum tipo de dano extrapatrimonial ao indivíduo que foi privado do mesmo.

São muitas as situações que podem configurar o abandono afetivo, inclusive quando o pai acredita que o pagamento da pensão alimentícia o isenta de zelar por uma boa convivência familiar com a sua prole, um pensamento equivocado visto que o próprio Art. 227 da Constituição Federal determina que a criança e o adolescente tenham o direito à convivência familiar e sendo um dever da família assegurar a observância desta garantia.

Porém, uma característica se faz presente nos casos de abandono afetivo, que é o desinteresse voluntário do pai em relação a sua prole no que tange sua educação, criação e convívio e que como já demonstrado anteriormente, são direitos inerentes à toda criança e adolescente.

A primeira ação versando sobre o tema foi proposta no ano de 2003, e tramitou perante a Comarca de Capão da Canoa, na sentença o juiz condenou o pai a indenizar a filha por abandono afetivo, a quantia foi fixada no valor de 200 salários mínimos. Um trecho da sentença proferida

De se salientar que aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos (art. 22 da Lei no. 8.069/90). A educação abrange não somente a escolaridade, mas também a convivência familiar, o afeto, amor, carinho, ir ao parque, jogar futebol, brincar, passear, visitar, estabelecer paradigmas, criar condições para que a criança se auto-affirme. Desnecessário discorrer acerca da importância do pai no desenvolvimento da criança. A ausência, o descaso e a rejeição do pai em relação ao filho recém-nascido ou em desenvolvimento violam a sua honra e a sua imagem.⁶⁷

⁶⁷BRASIL, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, 2ª Vara. Ação Indenizatória nº 141/1030012032-0. Capão da Canoa. Autora: D.J.A. Réu: D.V. A. Juiz Mário Romano Maggioni. 15 set. 2003. In: **Revista Brasileira de Direito de Família**, Porto Alegre, v. 6, n. 25, p.149, ago./set. 2004a.

Certo é que, para configurar ato ilícito, o abandono afetivo carece de cumprir com alguns requisitos. Paulo Nader explica:

Para configurar ato ilícito, o abandono afetivo deve ser voluntário, pois se, por exemplo, o pai se afasta do filho em razão de ter contraído doença contagiosa, não há ilícito, visto que rompido o nexo de causalidade pela excludente da força maior. Cite-se, ainda, o caso de o guardião passar a residir em localidade distante e o não-guardião carecer de recursos financeiros para o encontro, hipótese na qual, em princípio, não estará caracterizado o abandono afetivo)⁶⁸.

Consoante ao que já foi disposto, a Responsabilidade Civil pode ser contratual ou extracontratual, há o entendimento que incide no abandono afetivo, a Responsabilidade Civil extracontratual, visto que não existe o descumprimento de um contrato estipulado entre pai e filho, mas sim a transgressão de obrigações que decorrem da lei.

Alguns autores entendem que a Responsabilidade Civil não é aplicável ao Direito de Família, quem integra esta corrente é Renan Kfuri Lopes⁶⁹, que em seu artigo “Panorama da Responsabilidade Civil”, sustentou que a Responsabilidade Civil não pode ser aplicada ao Direito de Família, uma vez que a violação aos deveres familiares gera apenas as sanções previstas no âmbito do Direito de Família.

Todavia, esse entendimento é criticado por muitos, visto que a reparação civil está amparada pelo ordenamento jurídico, inclusive seu alcance não encontra restrição em nenhum diploma legal, abrangendo inclusive o dano moral conforme assegura o Art. 5 da Carta da Magna, possibilitando que a reparação civil possa ser aplicada em qualquer ramo do Direito, uma vez que a Constituição é base para todo ordenamento jurídico que deve guardar compatibilidade com a mesma. Neste sentido, o magistrado Alexandre Miguel, leciona que:

A obrigação de indenizar decorrente de ato ilícito absoluto também é aplicável ao Direito de Família. Não se pode negar a importância da Responsabilidade Civil que invade todos os domínios de ciência jurídica, e, tendo ramificações em diversas áreas do direito, é de se destacar, dentro das relações de natureza privada, aquelas de família, em que igualmente devem ser aplicados os princípios da Responsabilidade Civil.⁷⁰

⁶⁸NADER, Paulo. **Curso de direito civil: responsabilidade civil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

⁶⁹LOPES, Renan Kfuri. **Panorama da responsabilidade civil**. Adv Advocacia Dinâmica: Seleções Jurídicas. São Paulo: COAD, nov. 2006.

⁷⁰MIGUEL, Alexandre. **Responsabilidade civil no novo código civil: algumas considerações**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 2

No entanto, é importante esclarecer que a responsabilização civil por abandono afetivo é um tema controverso na doutrina e na jurisprudência pátria, ao passo que enquanto alguns doutrinadores defendem que o abandono afetivo parental consiste em ato ilícito que necessita de reparação civil, uma vez que quando o genitor deixa de cumprir com os seus deveres, ele está tendo uma conduta ilícita omissiva por não cumprir com imposições legais, existe a outra parcela da doutrina que defende não existir o dever jurídico de amar, assim sendo, não há como condenar um pai por não nutrir e nem expressar afeto pelo seu filho.

4.1 Análise doutrinária acerca do tema

Como dito, a Responsabilidade Civil pelo abandono afetivo parental não é um tema unânime na doutrina. O próprio autor Flávio Tartuce⁷¹ divide a doutrina sobre abandono afetivo na relação paterno-filial em dois grupos: o primeiro que se mostra favorável a reparação e sendo formado por Paulo Lôbo⁷², Giselda M. F. N. Hironaka⁷³ e Rolf Madaleno⁷⁴; e o segundo que é contrário à reparação e é formado pelos Regina Beatriz Tavares da Silva⁷⁵, Judith Martins- Costa⁷⁶, Murilo Sechiero Costa Neves⁷⁷. Tartuce se filia a primeira corrente mencionada, que considera ser possível pleitear reparação civil pelo abandono afetivo parental.

⁷¹TARTUCE, Flávio. Da indenização por abandono afetivo na mais recente jurisprudência brasileira. **Instituto Brasileiro de Direito de Família**, 2017. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/artigos/1232/Da+indeniza%C3%A7%C3%A3o+por+abandono+afetivo+na+mais+recente+jurisprud%C3%Aancia+brasileira>. Acesso em: 19 jun. 2020.

⁷²LÔBO, Paulo. **Direito Civil: Famílias**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 302.

⁷³HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. **Responsabilidade civil na relação paterno-filial**. Instituto Brasileiro de Direito de Família, 2007. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/artigos/285/Responsabilidade+civil+na+rela%C3%A7%C3%A3o+paterno-filial%2A>. Acesso em: 19 jun. 2020.

⁷⁴MADALENO, Rolf. **O custo do abandono afetivo**, 2019. Disponível em: <https://www.rolfmadaleno.com.br/web/artigo/o-custo-do-abandono-afetivo>. Acesso em: 18 jun. 2020.

⁷⁵SILVA, Regina Beatriz Tavares da. **Caso real de abandono paterno**. Disponível em: <http://reginabeatriz.com.br/caso-real-de-abandono-paterno/>. Acesso em: 18 jun. 2020.

⁷⁶MARTINS-COSTA, Judith. Dano moral à brasileira. In: PASCHOAL, Janaina C. SILVEIRA, Renato M. J. (Coords.). Livro Homenagem a Miguel Reale Júnior. Rio de Janeiro: GZ, 2014. p. 292.

⁷⁷NEVES, Murilo Sechiero Costa. Indenização por Abandono Afetivo: Impossibilidade. **Jornal Carta Forense**, 01/02/2012. Disponível em: <http://www.cartaforense.com.br/conteudo/artigos/indenizacao-por-abandonoafetivo-impossibilidade/8268>. Acesso em: 15 jun. 2020.

No presente trabalho, irei discorrer sobre alguns ensinamentos de Maria Berenice Dias, Paulo Lobo, Giselda M. F. N. Hironaka que, conforme dito, integram a parcela da doutrina que defende a reparação civil e representando a parte que se posiciona de forma contrária irei trazer as lições de Danielle Alheiros Diniz e Lizete Schuh.

Os autores da primeira corrente compreendem o abandono afetivo como sendo o inadimplemento dos deveres jurídicos referentes a paternidade e por este motivo, seria possível considerar a possibilidade de aplicar o instituto da Responsabilidade Civil para quem viola o múnus inerente ao poder familiar.

Nesta linha de pensamento, Paulo Lôbo ensina que “o abandono afetivo nada mais é que inadimplemento dos deveres jurídicos de paternidade. Seu campo não é exclusivamente o da moral, pois o direito o atraiu para si, conferindo-lhe consequências jurídicas que não podem ser desconsideradas”

Maria Berenice Dias define o abandono afetivo como sendo uma omissão praticada pelo genitor ao deixar de exercer os deveres intrínsecos ao poder familiar, como dever de assistir, criar e educar os filhos, gerando danos emocionais para o filho que foi privado de seus direitos. Nos dizeres da doutrinadora:

A convivência dos filhos com os pais não é direito do pai, mas do filho. Com isso, quem não detém a guarda tem o dever de conviver com ele. Não é direito de visitá-lo, é obrigação de visitá-lo. O distanciamento entre pais e filhos produz seqüelas de ordem emocional e reflexos no seu desenvolvimento. O sentimento de dor e de abandono pode deixar reflexos permanentes em sua vida⁷⁸.

Diante deste contexto, Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka, em seu artigo “Pressupostos, elementos e limites do dever de indenizar por abandono afetivo” publicado pelo IBDFAM no ano de 2007, amplia o alcance da concepção de abandono afetivo, para compreender o ato como também sendo uma transgressão ao dever de educação, que possui expressa previsão constitucional. Vejamos:

⁷⁸DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 4. ed. rev. atual. ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

O abandono afetivo se configura (...) pela omissão dos pais, ou de um deles, pelo menos relativamente ao dever de educação, entendido este na sua acepção mais ampla, permeada de afeto, carinho, atenção, desvelo. Esta a fundamentação jurídica para que os pedidos sejam levados ao Poder Judiciário, na medida em que a Constituição Federal exige um tratamento primordial à criança e ao adolescente e atribui o correlato dever aos pais, à família, à comunidade e à sociedade⁷⁹.

Maria Rita Kehl, psicanalista, complementa esse entendimento:

O abandono, e a conseqüente falta de educação das crianças, ocorre quando o adulto responsável não banca sua diferença diante delas. Fora isso, sabemos que todos os “papéis” dos agentes familiares são substituíveis (...). O que é insubstituível é um olhar de adulto sobre a criança, a um só tempo amoroso e responsável, desejante de que esta criança exista e seja feliz na medida do possível – mas não a qualquer preço. Insubstituível é o desejo do adulto que confere um lugar a este pequeno ser, concomitante com a responsabilidade que impõe os limites deste lugar. Isto é que é necessário para que a família contemporânea, com todos os seus tentáculos esquisitos, possa transmitir parâmetros éticos para as novas gerações⁸⁰.

Na parcela da doutrina que se manifesta contrariamente, alguns autores argumentam que o descumprimento das obrigações parentais deve ter seu desfecho dentro do próprio Direito de Família, visto que o Código Civil determinou em seu texto a destituição do poder familiar como forma de sanção para aqueles que não cumprirem com suas responsabilidades. Vejamos:

Art. 1.638. Perderá por ato judicial o poder familiar o pai ou a mãe que: I- castigar imoderadamente o filho;

II- deixar o filho em abandono;

III- praticar atos contrários à moral e aos bons costumes;

IV- incidir, reiteradamente, nas faltas previstas no artigo antecedente.

V- entregar de forma irregular o filho a terceiros para fins de adoção.⁸¹ (grifo nosso)

⁷⁹HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. **Pressupostos, elementos e limites do dever de indenizar por abandono afetivo.** Disponível em: <
<http://www.ibdfam.org.br/artigos/288/Pressuposto%2C+elementos+e+limites+do+dever+de+indenizar+por+ab>>
Acesso em 21 de jun. 2020.

⁸⁰KEHL, Maria Rita. **Em defesa da família tentacular.** 2003. Disponível em
<http://www.mariaritakehl.psc.br/PDF/emdefesadafamiliatentacular.pdf>. Acesso em 21 jun. 2020.

⁸¹BRASIL. Lei nº 10.206, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União:** Seção 1, Brasília, DF, 11 jan. 2002. PL 634/1975. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm. Acesso em: 20 jun. 2020.

Nessa linha de pensamento, Danielle Alheiros Diniz⁸² diz que esse descumprimento deve ser olhado restritivamente pela ótica do Direito de Família e, dessa forma, a sanção mais adequada é a perda do poder familiar, visto que uma mãe ou um pai que não convive com o filho, não deve ter sobre o mesmo nenhum tipo de direito.

Entretanto, Maria Berenice Dias refuta este posicionamento ao dizer que a perda do poder familiar, em alguns casos, pode não cumprir o seu caráter punitivo, e sim acaba sendo uma recompensa para o genitor que praticou o abandono. Em suas palavras:

Comprovado que a falta de convívio pode gerar danos, a ponto de comprometer o desenvolvimento pleno e saudável do filho, a omissão do pai gera dano afetivo susceptível de ser indenizado. A negligência justifica, inclusive, a perda do poder familiar, por configurar abandono (CC 1.638 II). Porém, esta penalização não basta. Aliás, a decretação da perda do poder familiar, isoladamente, pode constituir-se não em uma pena, mas em muitos casos, como uma bonificação pelo abandono.⁸³

Outra tese defendida pelos doutrinadores que demonstram ser desfavoráveis é a de que não se pode obrigar a amar um filho e nem ser culpado por não conseguir, dada a particularidade que os sentimentos possuem em cada um. Lizete Schuh afirma que:

É dificultoso cogitar-se a possibilidade de determinada pessoa postular amor em juízo, visto que a capacidade de dar e de receber carinho faz parte do íntimo do ser humano, necessitando apenas de oportunidades para que aflore um sentimento que já lhe faz parte, não podendo o amor, em que pese tais conceitos, sofrer alterações histórico- culturais, ser criado ou concedido pelo Poder Judiciário.⁸⁴

Contraria a este pensamento, Giselda Hironaka rebate afirmando:

É certo que não se pode obrigar ninguém ao cumprimento do direito ao afeto, mas é verdade também que, se esse direito for maculado – desde que sejam respeitados certos pressupostos essenciais – seu titular pode sofrer as consequências do abandono afetivo e, por isso, poderá vir a lamentar-se em juízo, desde que a ausência ou omissão paternas tenham-lhe causado repercussões prejudiciais, ou negativas, em sua esfera

⁸²DINIZ, Danielle Alheiros. **A impossibilidade de responsabilização civil dos pais por abandono afetivo**. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/12987/a-impossibilidade-de-responsabilizacao-civil-dos-pais-por-abandono-afetivo>> Acesso em: 19 jun. 2020.

⁸³DIAS, Maria Berenice. Manual de direito das famílias. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2009, p. 416.

⁸⁴SCHUH, Lizete Peixoto Xavier. Responsabilidade civil por abandono afetivo: a valoração do elo perdido ou não consentido. **Revista Brasileira de Direito de Família**, Porto Alegre: Síntese, v. 8, n. 35, abril/maio 2006, p. 67- 68.

pessoal – material e psicológica – repercussões estas que passam a ser consideradas, hoje em dia, como juridicamente relevantes.⁸⁵.

Por oportuno, cabe salientar que a indenização se torna cabível em razão do descumprimento do dever de convivência familiar, direito fundamental da criança e do adolescente, assegurado pelo Art. 227 da Constituição Federal e não como um instrumento coercitivo para obrigar o genitor a amar sua prole.

E por fim, é válido ressaltar que existem controvérsias sobre essa temática até mesmo dentro da corrente que defende a responsabilização civil pelo abandono afetivo, uma das discussões existentes é acerca de qual caráter a indenização seria revestida. Alguns autores, como Claudete Carvalho Canezin acreditam que a indenização possui um caráter compensatório para a criança ou adolescente lesado, para Giselda Hironaka a indenização tem uma função educativa e pedagógica, com a finalidade de repelir novas práticas negligentes, já Cláudia Maria da Silva, compreende que a indenização funciona como uma punição para os pais que cometeram a ilicitude.

Diante do estudo exposto, pode-se afirmar que grande parte da doutrina preconiza ser importante uma análise sobre os elementos que configuram a responsabilização civil nos casos de abandono afetivo, e estando presente o nexo de causalidade entre o dano experimentado pelo filho e a atitude omissiva do pai ao se eximir do seu dever de convivência familiar, possa então nascer a necessidade da reparação civil. Nas palavras de Paulo Lôbo:

Entendemos que o princípio da paternidade responsável estabelecido no art. 226 da Constituição não se resume ao cumprimento do dever de assistência material. Abrange também a assistência moral, que é dever jurídico cujo descumprimento pode levar à pretensão indenizatória.⁸⁶.

⁸⁵ HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. **Pressupostos, elementos e limites do dever de indenizar por abandono afetivo.** Disponível em: <
<http://www.ibdfam.org.br/artigos/288/Pressuposto%2C+elementos+e+limites+do+dever+de+indenizar+por+ab>>
Acesso em 21 de jun. 2020.

⁸⁶ LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Famílias**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 287.

4.2 A relação entre a Responsabilidade Civil e o Direito de Família: Uma análise a partir de casos jurisprudenciais

Cumprе salientar que este tema é relativamente novo para o Direito, sendo objeto de recurso em tribunal superior no ano de 2005, quando ocorreu o julgamento do Recurso Especial nº 757411/MG, no qual, a 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça entendeu que o abandono afetivo não é capaz de gerar reparação civil, a decisão foi publicada em março de 2006. A ementa do presente recurso:

RESPONSABILIDADE CIVIL. ABANDONO MORAL. REPARAÇÃO. DANOS MORAIS. IMPOSSIBILIDADE. 1. A indenização por dano moral pressupõe a prática de ato ilícito, não rendendo ensejo à aplicabilidade da norma do art. 159 do Código Civil de 1916 o abandono afetivo, incapaz de reparação pecuniária. 2. Recurso especial conhecido e provido⁸⁷

Alexandre Batista Fortes propôs ação ordinária em face de Vicente de Paulo Ferro de Oliveira, seu pai, requerendo a indenização por danos morais decorrentes do abandono afetivo por ele sofrido. O autor, nascido em março de 1981, relatou que seus pais se divorciaram em 1987, e que desde dessa época, seu pai, apesar de cumprir com a obrigação alimentar, o desamparou emocionalmente, não prestando assistência psíquica e nem moral, não possuindo uma saudável convivência familiar com o mesmo, o que lhe causou sentimentos de dor e humilhação, caracterizando conduta omissiva que carece de reparação.

Em primeira instância, o Juiz de Direito da 19ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte - MG julgou improcedente o pedido formulado. Interposta apelação, a Sétima Câmara Cível deu provimento ao recurso para condenar o recorrente ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais), entendendo que houve uma violação a dignidade do autor e teve presença de ilicitude na conduta do genitor, ao deixar de cumprir com o seu dever familiar de convívio com o filho. Vejamos a ementa:

⁸⁷BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. Quarta Turma. Minas Gerais. Recurso especial. 757411. Abandono Moral. Reparação. Responsabilidade Civil. Danos Morais. Impossibilidade. Recorrente: Vicente de Paulo Ferro de Oliveira Recorrido: Alexandre Batista Fortes. Relator: Ministro Fernando Gonçalves. 27 mar. 2006. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/52168/recurso-especial-resp-757411-mg-2005-0085464-3>>.

Acesso em: 21 jun. 2020.

INDENIZAÇÃO DANOS MORAIS - RELAÇÃO PATERNO-FILIAL - PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA - PRINCÍPIO DA AFETIVIDADE. A

dor sofrida pelo filho, em virtude do abandono paterno, que o privou do direito à convivência, ao amparo afetivo, moral e psíquico, deve ser indenizável, com fulcro no princípio da dignidade da pessoa humana.⁸⁸.

Inconformado com a decisão, o pai interpôs recurso especial com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, sustentando violação ao art. 159 do Código Civil de 1916 e dissídio jurisprudencial. Alegando ausência dos elementos caracterizadores do ato ilícito, dessa forma não tendo o que se falar em possível condenação. E além disso, argumentou que as dificuldades de convivência foram decorrentes da separação e da atividade profissional do pai, e essas situações integram a vida cotidiana, não sendo hipótese de dolo ou culpa. O Recurso Especial foi provido e conhecido pela 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça.

O recurso em tela foi de relatoria do ministro Fernando Gonçalves e o mesmo ao decidir pela não aplicação da Responsabilidade Civil pelo abandono afetivo, utilizou dos seguintes argumentos: Não há nenhuma determinação legal que obrigue os pais a demonstrarem amor e carinho para com os seus filhos (o que existe é a obrigação de um bom desempenho ao exercer a autoridade parental) e além disso, não há como obrigar legalmente um pai amar o seu filho, os postulados da Responsabilidade Civil não são aplicáveis à relação afetiva paterno-filial, e que também que neste caso recorrer ao judiciário pode significar um sepultamento das chances de uma futura reaproximação. Nas palavras do Ministro Relator:

Por certo um litígio entre as partes reduziria drasticamente a esperança do filho de se ver acolhido, ainda que tardiamente, pelo amor paterno. O deferimento do pedido, não atenderia, ainda, o objetivo de reparação financeira, porquanto o amparo nesse sentido já é providenciado com a pensão alimentícia, nem mesmo alcançaria efeito punitivo e dissuasório, porquanto já obtidos com outros meios previstos na legislação civil, conforme acima esclarecido. Desta feita, como escapa ao arbítrio do Judiciário obrigar alguém a amar, ou a manter um relacionamento afetivo, nenhuma finalidade positiva seria alcançada com a indenização pleiteada.⁸⁹.

⁸⁸BRASIL. Tribunal de Alçada de Minas Gerais. Indenização Danos Morais. Apelação Cível 408.555-5. 7ª Câmara de Direito Privado, Decisão de 01/042004. Relator: Unias Silva, v.u.

⁸⁹BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. Quarta Turma. Minas Gerais. Recurso especial. 757411. Abandono Moral. Reparação. Responsabilidade Civil. Danos Morais. Impossibilidade. Recorrente: Vicente de Paulo Ferro de Oliveira Recorrido: Alexandre Batista Fortes. Relator: Ministro Fernando Gonçalves. 27 mar. 2006. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/52168/recurso-especial-resp-757411-mg-2005-0085464-3>>.

Acesso em: 21jun. 2020.

Em 2009, esta linha de pensamento foi seguida pelo Ministro relator Aldir Passarinho ao julgar o REsp 514.350-SP, em um trecho da decisão, ele sustenta que: "não pode o Judiciário compelir alguém a um relacionamento afetivo e nenhuma finalidade positiva seria alcançada com a indenização pleiteada. E que, nos termos do art.159 do CC/1916, não há como reconhecer o abandono afetivo como dano passível de reparação." E dessa forma, o recurso não foi provido por aquela turma.

O autor Rodrigo da Cunha Pereira ao fazer uma análise dos votos desfavoráveis, acima citados, proferidos pelo STJ, não concedendo a reparação civil por abandono afetivo, destacou que:

A importância deste caso, que transcende a esfera do particular, é que ele traz uma nova reflexão ao Direito: um pai ou uma mãe que se nega a conviver com seu filho menor, ou não dá afeto, está infringindo a lei e deve, ou pode, ser punido por essa falta? No exercício do poder familiar (conjunto de direitos e obrigações dos pais, art. 1.634 do Código Civil Brasileiro) está claro que este é um dos deveres dos pais em relação aos seus filhos. Disso ninguém duvida e nem foi esta a razão denegatória do STJ ao pedido do filho. As razões apresentadas estão apoiadas em que não se pode coagir um pai a amar seu filho, pois, afinal, o amor não tem preço e não há como obrigar alguém a amar outrem, nem mesmo pais aos filhos, ou vice-versa. Tudo isso é bem compreensível, claro: não é possível obrigar ninguém a amar. No entanto, a esta desatenção e a este desafeto devem corresponder uma sanção, sob pena de termos um direito acéfalo, um direito vazio, um direito inexigível. **Se um pai ou uma mãe não quiserem dar atenção, carinho e afeto àqueles que trouxeram ao mundo, ninguém pode obrigá-los, mas à sociedade cumpre o papel solidário de lhes dizer, de alguma forma, que isso não está certo e que tal atitude pode comprometer a formação e o caráter dessas pessoas abandonadas, afetivamente. [...] A indenização estaria então monetarizando o afeto? De maneira alguma. O valor da indenização é simbólico e tem apenas uma função punitiva. Mais que isso: uma função educativa. Afinal, não há dinheiro no mundo que pague o dano e a violação dos deveres morais à formação da personalidade de um filho rejeitado pelo pai.**⁹⁰ (grifo nosso)

Em outubro de 2009, chegou ao Tribunal da Cidadania, o Recurso Especial nº 1.159.242-SP, sendo distribuído a Terceira Turma e tendo como relatora a ministra Nancy

⁹⁰PEREIRA, Rodrigo da Cunha; SILVA, Cláudia Maria. **Nem só de pão vive o homem**. Soc. estado., Brasília, v. 21, n. 3, p. 667-680, Dec. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/se/v21n3/a06v21n3.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2020.

Andrighi, figurando no polo ativo Antônio Carlos Jamas dos Santos e no polo passivo Luciane Nunes de Oliveira Souza.

Como exposto no processo, Luciane é fruto de uma relação extraconjugal de Antônio Carlos e para ter sua paternidade reconhecida precisou ingressar com uma demanda no judiciário, e mesmo após ter seu pleito deferido, seu genitor restringiu a relação apenas ao aspecto material, limitando-se apenas em prestar alimentos a sua filha, sem nenhum tipo de convivência familiar ou expressão de afeto.

Originariamente, era uma ação de indenização por danos materiais cumulada com compensação por danos morais, visto que a autora da demanda alegou ter sofrido abandono afetivo e material durante a infância e adolescência. Entretanto, o magistrado julgou improcedente o pedido, decidindo que o distanciamento entre pai e filha foi por culpa da genitora de Luciane.

Inconformada com a sentença proferida, Luciane recorreu da mesma e o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo deu provimento a Apelação interposta, dessa forma reconhecendo a ocorrência do abandono afetivo e condenando o genitor de pagar uma indenização no valor de R\$ 415.000,00 (quatrocentos e quinze mil reais). O apelado, Antônio, não concordando com o disposto, interpôs Recurso Especial, alegando que não abandonou sua filha e que além disso, caso tivesse sido ausente, a única punição legal prevista neste caso é a perda do poder de família, prevista no Art. 1638 do Código Civil. Em sede de contrarrazões, a recorrida alegou que sofreu do abandono material, moral, psíquico e humano desde o seu nascimento.

Em seu voto, a Ministra Relatora Nancy Andrighi, afirmou que a possibilidade de aplicar o dano moral nas relações familiares não encontra nenhum impedimento legal e que o dever de indenizar previsto tanto na Constituição Federal de 1988 e no Código Civil de 2002, também não possui empecilhos para a sua aplicação, podendo estar presente dentro do contexto familiar.

A Relatora rebateu ainda o argumento do réu acerca do poder familiar figurar como a única forma de punição existente para os pais que deixarem de cumprir com as suas obrigações

decorrentes das imposições legais que versam sobre o poder familiar, concluindo que a perda do mesmo, não exclui a possibilidade de indenização ou compensação pelos danos experimentados pela vítima.

Consoante ao que já foi exposto no capítulo dedicado a discorrer acerca das noções gerais da Responsabilidade Civil, sabe-se que para a configuração da mesma é necessária a existência de uma ação ou omissão, assim sendo, quando o pai é negligente ao dever de cuidar gera um ilícito civil na modalidade omissiva, visto que o cuidado é uma imposição legal, um dever jurídico e que está ligado a liberdade de dispor sobre o planejamento familiar, uma vez que é facultativa a opção de gerar e/ou adotar filhos. A ministra relatora tratar sobre o dever de cuidado, destaca que:

Afirmando o conteúdo jurídico existente no dever de cuidado e que a partir da concepção de filhos os pais assumem obrigações que vão além do fornecimento do mínimo vital a sobrevivência. Necessitando o ser humano elementos imateriais importantes ao seu crescimento⁹¹.

Neste sentido, continua a discorrer que para comprovação do dano e o nexo causal deve haver “laudo formulado por especialista, que aponte a existência de uma determinada patologia psicológica e a vincule, no todo ou em parte, ao descuido por parte de um dos pais”, porém, o julgador não deverá limitar-se somente a essa via probatória, enfatizando ainda, que o sentimento que a recorrida carregará perpetuamente deriva das omissões do dever de cuidado do recorrente em relação a esta, o que acabou por caracterizar dano moral *in re ipsa*, estando configurada a negligência, o dano e o nexo causal (BRASIL, 2012).

A relatora ao rebater o argumento que muitos sustentam que o judiciário não pode obrigar um genitor a amar o seu filho, diz que:

Aqui não se fala ou se discute o amar e, sim, a imposição biológica e legal de cuidar, que é dever jurídico, corolário da liberdade das pessoas de gerarem ou adotarem filhos. O amor diz respeito à motivação, questão que refoge os lindes legais, situando-se, pela sua subjetividade e impossibilidade de precisa materialização, no universo meta-jurídico da filosofia, da psicologia ou da religião. O cuidado, distintamente, é tísado por elementos objetivos, distinguindo-se do amar pela possibilidade de verificação e comprovação de seu cumprimento, que exsurge da avaliação de ações

⁹¹ STJ, 3ª Turma. Recurso Especial n. 1159242/SP. Rel. Min. Nancy Andrighi, DJe: 10/05/2012

concretas: presença; contatos, mesmo que não presenciais; ações voluntárias em favor da prole; comparações entre o tratamento dado aos demais filhos – quando existirem –, entre outras fórmulas possíveis que serão trazidas à apreciação do julgador, pelas partes⁹².

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça deu provimento parcial ao Recurso Especial interposto, diminuindo o valor da condenação, mas mantendo o entendimento que o abandono afetivo restou configurado no caso e que também estão presentes os requisitos caracterizados da Responsabilidade Civil (dano, nexa causal e ato ilícito). A seguir a ementa do presente recurso:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. FAMÍLIA. ABANDONO AFETIVO. COMPENSAÇÃO POR DANO MORAL. POSSIBILIDADE.

1. Inexistem restrições legais à aplicação das regras concernentes à Responsabilidade Civil e o consequente dever de indenizar/compensar no Direito de Família.
2. O cuidado como valor jurídico objetivo está incorporado no ordenamento jurídico brasileiro não com essa expressão, mas com locuções e termos que manifestam suas diversas desinências, como se observa do art. 227 da CF/88.
3. Comprovar que a imposição legal de cuidar da prole foi descumprida implica em se reconhecer a ocorrência de ilicitude civil, sob a forma de omissão. Isso porque o non facere, que atinge um bem juridicamente tutelado, leia-se, o necessário dever de criação, educação e companhia – de cuidado – importa em vulneração da imposição legal, exsurgindo, daí, a possibilidade de se pleitear compensação por danos morais por abandono psicológico.
4. Apesar das inúmeras hipóteses que minimizam a possibilidade de pleno cuidado de um dos genitores em relação à sua prole, existe um núcleo mínimo de cuidados parentais que, para além do mero cumprimento da lei, garantam aos filhos, ao menos quanto à afetividade, condições para uma adequada formação psicológica e inserção social.
5. A caracterização do abandono afetivo, a existência de excludentes ou, ainda, fatores atenuantes – por demandarem revolvimento de matéria fática – não podem ser objeto de reavaliação na estreita via do recurso especial.
6. A alteração do valor fixado a título de compensação por danos morais é possível, em recurso especial, nas hipóteses em que a quantia estipulada pelo Tribunal de origem revela-se irrisória ou exagerada.
7. Recurso especial parcialmente provido.⁹³

Tartuce, pertencente a corrente doutrinária que defende a indenização por abandono afetivo, ao tratar sobre o acórdão proferido neste Recurso Especial acima ementado, traz o mesmo como concretização do princípio da solidariedade que se encontra associado ao

⁹²IBDEM

⁹³IBDEM

princípio da dignidade da pessoa humana, fundamento precípua da nossa Constituição Federal de 1988. Nas palavras do autor:

Penso que esse último acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça representa correta concretização jurídica do princípio da solidariedade; sem perder de vista a função pedagógica ou de desestímulo que deve ter a Responsabilidade Civil. Sempre pontuei, assim, que esse último posicionamento deve prevalecer na nossa jurisprudência, visando também a evitar que outros pais abandonem os seus filhos.⁹⁴

A decisão inédita do STJ em condenar o genitor em indenização pecuniária por abandono afetivo representa um marco para os filhos que foram vítimas de abandono, proporcionando um sentimento de esperança de que a omissão sofrida não restará impune pelo Poder Judiciário. O valor não irá findar com o vazio criado e nem mesmo com todo sofrimento experimentado, mas oferece a sensação de que toda a negligência teve sua punição. Ao abordar o tema em seu artigo “O custo do abandono afetivo”, Rolf Madaleno ensina que:

Decisões judiciais buscando reparar com indenizações pecuniárias a dilaceração da alma de um filho em fase de formação de sua personalidade, cujos pais se abstêm de todo e qualquer contato e deixam os seus filhos em total abandono emocional, não condenam a reparar a falta de amor, ou o desamor, nem tampouco a preferência de um pai sobre um filho e seu descaso sobre o outro, mas penalizam a violação dos deveres morais contidos nos direitos fundados na formação da personalidade do filho rejeitado. Penalizam o dano à dignidade humana do filho em estágio de formação, mas não com a intenção de recuperar o afeto não desejado pelo ascendente, mas principalmente, por seu poder dissuasório a demonstrar que, doravante, este velho sentimento de impunidade tem seus dias contados e que possa no futuro desestabilizar quaisquer outras inclinações de irresponsável abandono, se dando conta pelos exemplos jurisprudenciais, que o afeto tem um preço muito caro na nova configuração familiar.⁹⁵

O Instituto Brasileiro de Direito de Família ao tratar sobre o tema em seu enunciado 08, destacou que “o abandono afetivo pode gerar direito à reparação pelo dano causado”

⁹⁴TARTUCE, Flavio. Da indenização por abandono afetivo na mais recente jurisprudência brasileira. In: **Migalhas: portal eletrônico de informações**, 26 jul. 2017. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/coluna/familia-e-sucessoes/262537/da-indenizacao-por-abandono-afetivo-na-mais-recente-jurisprudencia-brasileira>> Acesso em 20 jun. 2020

⁹⁵MADALENO, Rolf. **O custo do abandono afetivo**. Disponível em: <<https://genjuridico.jusbrasil.com.br/artigos/417461259/o-custo-do-abandono-afetivo>> Acesso em: 22 jun. 2020.

Com base em tudo o que foi pontuado no presente trabalho até o momento, pode-se afirmar que as opiniões acerca da aplicação da Responsabilidade Civil no ramo do Direito de Família são divergentes, principalmente pelo fato de que a solução judicial para o conflito deve levar em consideração fatores diversos, não limitando-se apenas a esfera jurídica, atingindo também a esfera moral das relações. E para tanto, o juiz deve analisar as questões éticas, as condições que integram a relação objeto da lide.

E mesmo que alguns sustentem que o Judiciário não pode compelir um pai a amar um filho, e de fato, não pode, porque os sentimentos integram uma esfera intangível do indivíduo, o que se busca com as ações de indenização é que o Judiciário resguarde os direitos que os filhos possuem de convivência familiar, além de colocá-los a salvo de qualquer tipo de violência física ou emocional, negligência, discriminação, exploração e opressão.

O afeto está interligado ao princípio da dignidade da pessoa humana, do direito à convivência familiar, do princípio da paternidade responsável e da proteção integral da criança e do adolescente.

E a partir deste entendimento, depreende que por isso o abandono afetivo é passível de indenização desde que no caso concreto os elementos configuradores da responsabilidade estejam presentes e são eles: a comprovação da ocorrência de dano a integridade física e moral do indivíduo (o filho), a conduta ofensiva e a presença do nexo de causalidade entre a conduta e o dano.

Neste caso, a ação reparatória não possui o viés de coagir que os pais cumpram com as suas obrigações e nem de restaurar ou criar laços entre pais e filhos, porque como já explanado, o Judiciário e nem ninguém tem o condão de obrigar alguém a amar outrem. A partir da ação reparatória busca um ressarcimento pelos danos sofridos pela conduta irresponsável do genitor, estando em conformidade com o conteúdo normativo disposto no Art. 186 do Código Civil:

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

É dever dos pais, suprir as necessidades afetivas, intelectuais, morais e materiais de seus filhos, os amparando nas fases mais sensíveis de suas vidas que é a infância e adolescência, épocas marcadas pelas descobertas, transformações, e do desenvolvimento físico e mental. Por isso, a importância do nosso ordenamento jurídico responsabilizar quem abandona o seu filho, porque ele está impactando, negativamente, no desenvolvimento de um outro ser humano, está desrespeitando os direitos tutelados.

Não existem dúvidas que o dinheiro não irá compensar todo o sofrimento experimentado, contudo, a reparação civil será uma resposta para quem teve sua dignidade lesada, uma forma de demonstrar que todo sofrimento não restou impune e além disso, deve-se olhar por um viés pedagógico, uma forma de ensinar a sociedade que o abandono não é uma prática que será tolerada ou amenizada, e que os ditames legais que disciplinam sobre o deveres que os menores possuem devem ser observados dentro das relações familiares.

CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo analisar a possibilidade de indenização por dano moral decorrente de abandono afetivo. Para tanto, em primeiro plano, foi importante para a compreensão da temática, tratar acerca da entidade familiar, qual o tratamento que o advento da ordem constitucional vigente trouxe para este instituto.

Com base no que foi estudado na presente monografia, pode-se concluir que o conceito jurídico de família sofreu sensíveis mudanças. O texto constitucional de 1988 definiu a família como sendo base da sociedade, estabeleceu a igualdade entre os filhos, oriundos ou não de um matrimônio, a igualdade entre os cônjuges dentro da sociedade conjugal, o reconhecimento da união estável e da família monoparental. Assim sendo, o núcleo familiar passa a ser concebido sobre um viés da solidariedade e afetividade, e também, de observância do princípio da dignidade da pessoa humana.

Há uma forte tendência doutrinária e jurisprudencial, do reconhecimento do afeto como sendo um dos elementos constitutivos das entidades familiares atuais, inclusive, ele passa a ser reconhecido como um componente essencial para o desenvolvimento saudável físico e mental das crianças. Assim sendo, é dever dos pais satisfazer não, somente, as necessidades materiais dos seus filhos, mas também, as necessidades morais e emocionais dos mesmos.

Consoante ao que foi elucidado, com a promulgação da Carta Magna, além da família passar a ser considerada como sendo a base da sociedade, os filhos passaram a receber um tratamento especial conferido na legislação pátria e também na legislação infraconstitucional. A constituinte prevê, expressamente, que os filhos são detentores de direitos, que precisam ser assegurados pelos seus genitores, com absoluta prioridade. Em paralelo a isso, o Código Civil prevê a satisfação dos deveres decorrentes do poder familiar, que é o conjunto de deveres e obrigações inerentes à paternidade e maternidade,

Com esse novo desenho da família moderna, pautado na valorização da dignidade da pessoa humana, do afeto, da solidariedade familiar e da paternidade responsável, desponta o

debate acerca do abandono afetivo parental, como se configura e se o mesmo é capaz de ensejar a pretensão reparatória.

Cumpre salientar que é um tema controverso, uma vez que o ordenamento jurídico brasileiro não o prevê expressamente. Ao pesquisar como ele vem sido tratado tanto no âmbito doutrinário quanto no jurisprudencial, é notório que esta é uma frágil demanda por conta da subjetividade que a caracteriza, ela está interligada a não somente valores patrimoniais, mas, majoritariamente, a valores emocionais e morais.

A corrente que se mostra favorável a indenização por abandono afetivo parental, argumenta que quando o genitor deixa de cumprir com os seus deveres, ele está descumprido imperativos legais.

Como foi dito no presente trabalho, é assegurado a toda criança e adolescente uma série de direitos, entre eles estão o direito à convivência familiar, à dignidade, à educação e à saúde, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 229, prevê que é de responsabilidade não somente do Estado a satisfação dos mesmos, mas também da família, uma vez que o núcleo familiar exerce importante papel no desenvolvimento emocional do indivíduo, visto que é o primeiro local de convívio, de relações e além disso, o diploma constitucional traz, explicitamente, como sendo um dever dos pais “amar, educar e criar os seus filhos menores”.

Essa obrigação é ratificada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente em seu art. 19 que menciona “toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária”.

Assim sendo, o progenitor ao deixar de cumprir com os seus deveres legais, ele está cometendo um ato ilícito através de uma conduta omissiva, está lesionando um direito extrapatrimonial que o menor possui e também cabe mencionar que o abandono afetivo pode ocasionar danos imensuráveis na vida do indivíduo, impactando perpetuamente em seu desenvolvimento. E de acordo com o postulado geral da Responsabilidade Civil, todo dano deve ser reparado.

Contudo, existe a corrente que se mostra contrária a este entendimento. Essa corrente defende que amar não é um dever jurídico, portanto, não se pode ser obrigação imposta a ninguém, nenhum juiz tem o poder de obrigar um genitor a criar laços de afeto pelo seu filho. E foi observado que esta parcela da doutrina também argumenta que essas ações acabam por monetizar o afeto que pela sua subjetividade não pode ter um preço estipulado e ademais, que o Código Civil já prevê uma sanção para o responsável que abandona seu filho que é a perda do poder familiar (Art. 1.638, II, CC/02). Contudo, os doutrinadores que defendem a indenização por abandono afetivo, refutam, veemente, este pensamento visto que a destituição do poder familiar acaba sendo como um prêmio para o pai/mãe que abandonou a criança.

Na presente pesquisa, pode-se contemplar a evolução da jurisprudência sobre esse assunto. Um marco foi o julgamento do REsp 1159242 / SP pelo Tribunal da Cidadania, que julgou procedente o pedido de indenização por dano moral decorrente do abandono afetivo parental. A relatora do recurso em questão entendeu que “existem relações que trazem vínculos objetivos para os quais há previsões legais e constitucionais de obrigações mínimas, como acontece com a paternidade” e ainda que não vislumbra óbices legais acerca da aplicabilidade do instituto da Responsabilidade Civil no Direito de Família quando os seus elementos caracterizadores se encontrem presentes.

O filho que teve os seus direitos extrapatrimoniais violados, ao ingressar com uma pretensão reparatória no judiciário, não quer uma indenização pelo amor não recebido ou pela relação que não foi construída, porque esses não são mensuráveis, mas ele quer uma resposta pelas violações sofridas, pelos direitos que lhe foram negados, como por exemplo, o direito à convivência familiar. Ele quer uma reparação pelas omissões das quais foi vítima.

Outrossim, não existem normativos legais que proíbam a aplicabilidade da Responsabilidade Civil no âmbito do Direito de Família, desde que os seus requisitos caracterizados possam ser identificados no caso em questão. E a reparação civil acaba se tornando uma forma de sanção muito mais justa com quem sofreu o dano, porque a extinção do poder familiar acaba, por de fato, soando como um triunfo para quem o genitor que foi omissos dos seus deveres e não como uma punição por sua ilicitude cometida.

E é nesse ponto, que o instituto da Responsabilidade Civil se conecta ao Direito de Família para coibir que os atos ilícitos cometidos fiquem sem uma resposta, retem impunes e também para coibir futuras práticas de abandono. É importante dizer que não é qualquer tipo de abandono que justifica uma reparação, é necessário que haja a conduta nociva por parte do genitor, a presença da lesão aos direitos da personalidade dos filhos e o nexo de causalidade entre a conduta e o dano.

E por oportuno, cabe salientar que a admissibilidade destas ações deve ser analisada no caso concreto pelo magistrado, com a devida prudência para evitar ações gananciosas e a banalização destas demandas e ao mesmo tempo garantir que condutas ofensivas aos direitos da personalidade dos filhos não fiquem sem resposta.

REFERÊNCIAS

ASCENSÃO, José de Oliveira. Introdução à ciência do Direito. Rio de Janeiro: Renovar, 3ª Edição, 2005, p. 404

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988.

_____. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei do nº. 4294, 2008. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=415684>>. Acesso em: 30 jun. 2020

_____. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei do nº. 6583, 2013. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=597005>>. Acesso em: 30 jun. 2020

_____. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei do nº. 3369, 2015. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2024195>>. Acesso em: 30 jun. 2020

_____. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm>. Acesso em: 22 jun. 2020.

_____. Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. Dispõe sobre assistência, proteção e vigilância a menores. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 20 jun. 2020.

_____. Senado Federal. Projeto de Lei do nº. 700, 2007. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=83516>. Acesso em: 30 jun. 2020

_____. Senado Federal. Projeto de Lei do nº. 470, 2013. Disponível em:<
<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/115242>=>. Acesso em: 30
 jun. 2020

_____. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.159.242 - SP
 (2009/0193701- 9). Recorrente: Antonio Carlos Jamas dos Santos. Recorrido: Luciane
 Nunes de Oliveira Souza. Relatora: Ministra Nancy Andrighi, Brasília-DF, 24 de abril de
 2012. Disponível em. Acesso em: 20 jun. 2020.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 514.350 - SP
 (2003/0020955- 3). Recorrente: R. A. da S.. Recorrido: J. L. N. de B.. Relator: Ministro
 Aldir Passarinho Junior, 59 Brasília-DF, 28 de abril de 2009. Disponível em: Acesso em
 20 jun. 2020.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 757. 411 - MG
 (2005/0085464- 3). Relator: Ministro FERNANDO GONÇALVES, QUARTA TURMA,
 julgado em: 29/11/2005, DJ: 27/03/2006. Disponível em. Acesso em: 20 jun. 2020.

_____. Tribunal de Alçada de Minas Gerais. Indenização Danos Morais. Apelação
 Cível 408.555-5. 7ª Câmara de Direito Privado, Decisão de 01/042004. Relator: Unias
 Silva, v.u.

_____. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, 2ª Vara. Ação Indenizatória nº
 141/1030012032-0. Capão da Canoa. Autora: D.J.A. Réu: D.V. A. Juiz Mário Romano
 Maggioni. 15 set. 2003. In: Revista Brasileira de Direito de Família, Porto Alegre, v. 6, n.
 25, p.149, ago./set. 2004a.

DIAS, Maria Berenice. Manual de direito das famílias. 4. ed. rev. atual. Porto
 Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

_____. Manual de direito das famílias. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p.
 416.

DINIZ, Danielle Alheiros. A impossibilidade de responsabilização civil dos pais por abandono afetivo. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/12987/a-impossibilidade-de-responsabilizacao-civil-dos-pais-por-abandono-afetivo>>. Acesso em: 18 jun. 2020.

GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. Novo Curso de Direito Civil. 2ª Edição. São Paulo: Editora Saraiva. 2012.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro, volume IV: Responsabilidade Civil. 4. ed. rev. São Paulo : Saraiva, 2009.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: Responsabilidade Civil. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. V. 4.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Responsabilidade Civil na relação paterno-filial. Instituto Brasileiro de Direito de Família, 2007. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/artigos/285/Responsabilidade+civil+na+rela%C3%A7%C3%A3o+paterno-filial%2A>. Acesso em: 03 abr. 2019

_____. Pressupostos, elementos e limites do dever de indenizar por abandono afetivo. Disponível em < <http://www.ibdfam.org.br/artigos/288/Pressuposto%2C+elementos+e+limites+do+dever+de+indenizar+por+abandono+afetivo>> . Acesso em: 19 jun. 2020.

KEHL, Maria Rita. Em defesa da família tentacular. 2003. Disponível em <http://www.mariaritakehl.psc.br/PDF/emdefesadafamiliatentacular.pdf>. Acesso em 21 de jun. De 2020

Jornadas de direito civil I, III, IV e V: enunciados aprovados / coordenador científico Ministro Ruy Rosado de Aguiar Júnior. – Brasília: Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários, 2012. Disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/cjf/CEJ-Coedi/jornadas-cej/enunciados-aprovados-da-i-iii-iv-e-v-jornada-de-direito-civil/jornadas-de-direito-civil-enunciados-aprovados>>. Acesso em 20 jun. 2020.

LÔBO, Paulo. Direito Civil: Famílias. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 302.

LOPES, Renan Kfuri. Panorama da Responsabilidade Civil. Adv Advocacia Dinâmica: Seleções Jurídicas. São Paulo: COAD, nov. 2006.

MADALENO, Rolf. O custo do abandono afetivo, 2019. Disponível em: <https://www.rolfmadaleno.com.br/web/artigo/o-custo-do-abandono-afetivo>. Acesso em: 19 jun. 2020.

MARTINS-COSTA, Judith. Dano moral à brasileira. In: PASCHOAL, Janaina C. SILVEIRA, Renato M. J. (Coords.). Livro Homenagem a Miguel Reale Júnior. Rio de Janeiro: GZ, 2014. p.292

MIGUEL, Alexandre. A Responsabilidade Civil no novo Código Civil: algumas considerações. In: NERY, Rosa Maria Barreto Borriello de Andrade; NERY JUNIOR, Nelson (Org.). Responsabilidade Civil: teoria geral. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. v. 1, cap. 17, p. 491

MORAES, Maria Celina Bodin de. Perspectivas a partir do direito civil-constitucional. In: TEPEDINO, Gustavo (Org.). Direito civil contemporâneo: novos problemas à luz da legalidade constitucional. Anais do Congresso Internacional de Direito Civil- constitucional da Cidade do Rio de Janeiro. São Paulo: Atlas, 2008

PEREIRA, Rodrigo da Cunha; SILVA, Cláudia Maria. Nem só de pão vive o homem. Soc. estado., Brasília v. 21, n. 3, p. 667-680, Dez/ 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269922006000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 jun. 2020.

NADER, Paulo. Curso de direito civil: Responsabilidade Civil. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

NEVES, Murilo Sechieri Costa. Indenização por Abandono Afetivo: Impossibilidade. Jornal Carta Forense, 01/02/2012.
Disponível em:

<http://www.cartaforense.com.br/conteudo/artigos/indenizacao-por-abandonoafetivo-impossibilidade/8268>. Acesso em: 15 jun. 2020.

TARTUCE, Flávio. Da indenização por abandono afetivo na mais recente jurisprudência brasileira. Instituto Brasileiro de Direito de Família, 2017. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/artigos/1232/Da+indeniza%C3%A7%C3%A3o+por+abandono+afetivo+na+mais+recente+jurisprud%C3%Aancia+brasileira>. Acesso em: 30 mai. 2020.

_____. O princípio da afetividade no Direito de Família. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/artigos/detalhe/859>. Acesso em 20 jun.2020.

VENOSA, Silvio de Salvo, Direito Civil: Responsabilidade Civil. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2015